



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

Perceção de *Empowerment* e Perpetração de Táticas de Resolução de Conflitos na Violência entre Parceiros Íntimos

VERSÃO DEFINITIVA APÓS DEFESA PÚBLICA

Nelson Daniel Nogueira Silva

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Psicologia Clínica e da Saúde
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutora Marta Alves

Covilhã, agosto de 2018

Dedicatória

A tudo o que a minha consciência não vislumbra.

A tudo o que a minha inteligência não compreende.

A tudo o que o meu discernimento não alcança.

A todos aqueles, cuja natureza inquieta, os impele além do óbvio.

A todos aqueles que se libertam de si próprios.

A todos aqueles e a tudo aquilo, que ainda não sei amar.

À vida. Aqui. Agora.

Agradecimentos

Ao Departamento de Psicologia e Educação da Universidade da Beira Interior, pela transmissão de conhecimentos ao longo dos últimos anos, que possibilitou e culmina na realização deste trabalho.

À Professora Doutora Marta Alves, pelo seu profissionalismo, empenho, disponibilidade e, dedicação na orientação deste trabalho. Grato ainda, pela paciência, confiança, motivação e flexibilidade que pude sentir ao longo de todo o processo.

Aos meus pais, cujo apoio foi crucial para tornar possível este momento. Exemplos de pura inspiração, resiliência e força. É por vós e convosco. Grato, pelo brilho dos vossos olhos, aquando das minhas conquistas.

À Raquel, à Leonor e à Rafaela, pela compreensão de todas as minhas ausências. Sois presentes em mim. O vosso brilho transmuta e dulcifica quem sou.

Aos amigos de “.b”, em cujas vidas, nestes últimos anos, pude participar. Foram momentos de alegria e tristeza transformados em serenidade, de vitórias e derrotas transmutados em aprendizagem, de sorrisos marotos às crenças do impossível, de respirar e de ir mais além, vindo para mais perto. Desejo que levem um pouco do melhor de mim. Em mim, fica muito de vós. Sou maior e mais leve agora. Grato.

A Ti Koala. Meu “mestre improvável”. Ainda que possa aqui escrever, palavras belas e profundas, elas não serão capazes de ultrapassar o nível da superficialidade do seu significado e, isso não é suficiente, não é sequer satisfatório ou aceitável. Sou gratidão e sentimento em Ti e por Ti. Que a verdade viva possa ser sempre experienciada no silêncio do nosso reconhecimento.

Suddhosi Buddhosi Niranjanosi.

Samsāra Māyā Parivar jitosi.

Samsāra svapanam traija mohan nidram.

Nan janma mrityor tat sat svarupe.

Resumo

O presente estudo tem como objetivo primordial analisar a percepção de *empowerment* e a perpetração de táticas de resolução de conflitos no contexto da violência entre parceiros íntimos numa população de jovens adultos, estudantes do ensino superior. Para tal, recorreu-se à utilização de três instrumentos para a recolha de dados, sendo eles: um Questionário Sociodemográfico, a Escala de *Empowerment* (ES), e as Escalas de Táticas de Conflito Revisadas (CTS2). Participaram 187 jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 28 anos, com uma média de idades de 20.86 anos, dos quais 47.1% são homens e 52.9% são mulheres. Quanto aos resultados obtidos, destaca-se a presença de diferenças significativas na utilização da negociação emocional em função da variável sexo, com os participantes do sexo feminino a apresentarem valores superiores. Foram, igualmente, encontradas correlações significativas negativas entre: 1) a dimensão autoestima e autoeficácia e a dimensão agressão psicológica severa; 2) a dimensão poder/ausência de poder e a dimensão agressão psicológica ligeira; e 3) a dimensão ativismo comunitário e autonomia e as dimensões agressão psicológica ligeira e abuso físico sem sequelas ligeiro. Foram também encontradas correlações significativas positivas entre a dimensão otimismo e controlo sobre o futuro e as dimensões negociação emocional e negociação cognitiva. Ainda, relativamente à dimensão direito à indignação, os resultados evidenciaram uma correlação negativa com a dimensão abuso físico sem sequelas severo e uma correlação positiva com a dimensão negociação emocional. Finalmente, no âmbito do estudo do efeito preditor da percepção de *empowerment* sobre as dimensões da escala CTS, salientam-se os efeitos significativos: 1) do ativismo comunitário e autonomia na negociação emocional; 2) do ativismo comunitário e autonomia na agressão psicológica ligeira; 3) do poder/ausência de poder na agressão psicológica severa.

Os resultados são discutidos no âmbito da temática da violência entre parceiros íntimos na perspetiva do perpetrador, assim como quanto à relevância da percepção de *empowerment* na explicação dos comportamentos utilizados pelos jovens na resolução de conflitos nas relações íntimas.

Palavras-chave

Empowerment, *Empowerment* Psicológico, Perpetração, Violência entre Parceiros Íntimos.

Abstract

The present study has a main objective, analyse the perception of empowerment and the perpetration of tactics of conflict resolution in the context of the violence between intimate partners in a population of young adults, students of higher education. For this purpose, three instruments were used to collect data: a Sociodemographic Questionnaire, the Empowerment Scale (ES), and the Revised Conflict Tactical Scales (CTS2). A total of 187 youths aged between 18 and 28 years, with a mean age of 20.86 years, of which 47.1% are men and 52.9% are women. Regarding the results obtained, we highlight the presence of significant differences in the use of emotional negotiation as a function of the gender variable, with the female participants presenting higher values. Significant negative correlations were also found between: 1) the dimension of self-esteem and self-efficacy and the dimension of severe psychological aggression; 2) the power / absence of power dimension and the mild psychological aggression dimension; and 3) the dimension community activism and autonomy and the minor dimensions psychological aggression and physical abuse without slight sequelae. Significant positive correlations were also found between the optimism dimension and control over the future and the dimensions of emotional negotiation and cognitive negotiation. Still, regarding the right dimension to indignation, the results showed a negative correlation with the physical abuse dimension without severe sequels and a positive correlation with the emotional negotiation dimension. Finally, in the context of the study of the predictive effect of the perception of empowerment on the dimensions of the CTS scale, we highlight the significant effects: 1) community activism and autonomy in emotional negotiation; 2) community activism and autonomy in minor psychological aggression; 3) power / absence of power in severe psychological aggression.

The results are discussed in the context of intimate partner violence in the perspective of the perpetrator, as well as the relevance of the perception of empowerment in explaining the behaviours used by young people in resolving conflicts in intimate relationships.

Keywords

Empowerment, Psychological Empowerment, Perpetration, Intimate Partner Violence.

Índice

I - Introdução	1
II - Enquadramento Teórico	5
1 - <i>Empowerment</i> : Conceção e Definições.....	5
1.1 - Paradigmas Explicativos do <i>Empowerment</i>	8
1.2 - <i>Empowerment</i> Psicológico	9
1.3 - O Conceito de Poder no <i>Empowerment</i>	10
2 - Violência	11
2.1 - Tipologia da Violência	12
2.2 - Violência entre Parceiros Íntimos	13
2.2.1 - Tipologia da Violência por Parceiro Íntimo	16
2.2.2 - Conceitos de Género e Poder na Violência entre Parceiros Íntimos.....	18
2.2.3 - Modelos Explicativos da Violência entre Parceiros Íntimos	19
2.2.4 - Fatores de Risco da Perpetração de Violência por Parceiro Íntimo.....	21
2.2.5 - Prevalência da Perpetração de Violência entre Parceiros Íntimos.....	21
2.2.6 - Resolução de Conflitos na Violência entre Parceiros Íntimos.....	24
3 - <i>Empowerment</i> , Violência entre Parceiros Íntimos e Perpetração	25
III - Parte Empírica.....	33
1 - Apresentação do Estudo.....	33
1.1 - População/Amostra	34
1.2 - Instrumentos	36
1.2.1 - Questionário Sociodemográfico	36
1.2.2 - Escala de <i>Empowerment</i>	36
1.2.3 - Escalas de Táticas de Conflito Revisadas.....	38
1.3 - Procedimentos	39
1.3.1 - Procedimentos de Recolha de Dados.....	39
1.3.2 - Procedimentos de Análise de Dados.....	40
2 - Resultados	42
2.1 - Prevalência Global de Perpetração de Táticas de Resolução de Conflitos por Sexo	42
2.2 - Cronicidade Anual de Perpetração de Táticas de Resolução de Conflitos e Comparação entre Sexos.....	43
2.3 - Perceção de <i>Empowerment</i> em Função da variável Sexo	46
2.4 - Correlação entre as Táticas de Resolução de Conflitos e a Perceção de <i>Empowerment</i>	47
2.5 - Influência da Perceção de <i>Empowerment</i> nas Táticas de Resolução de Conflitos ..	49
3 - Discussão dos Resultados.....	53
IV - Contributos, Limitações e Sugestões para investigações futuras	59
V - Referências Bibliográficas.....	61

Lista de Tabelas

<i>Tabela 1 - Caracterização da amostra segundo a idade</i>	34
<i>Tabela 2 - Caracterização da amostra segundo o sexo</i>	35
<i>Tabela 3 - Caracterização da amostra segundo a natureza da relação</i>	35
<i>Tabela 4 - Caracterização da amostra segundo a duração do relacionamento atual</i>	35
<i>Tabela 5 - Caracterização da amostra segundo a duração do relacionamento anterior</i>	36
<i>Tabela 6 - Tempo decorrido desde o término do último relacionamento íntimo</i>	36
<i>Tabela 7 - Prevalência Global de Perpetração de Táticas de Resolução de Conflitos</i>	42
<i>Tabela 8 - Cronicidade Anual de Perpetração</i>	43
<i>Tabela 9 - Perpetração de Táticas de Resolução de Conflitos em função do sexo</i>	45
<i>Tabela 10 - Teste de diferenças de táticas de resolução de conflitos em função do sexo</i>	46
<i>Tabela 11 - Percepção de Empowerment em função do sexo</i>	47
<i>Tabela 12 - Teste de diferenças da percepção de Empowerment em função do sexo</i>	47
<i>Tabela 13 - Correlação entre percepção de Empowerment e Táticas de Resolução de Conflitos (rô de Spearman)</i>	49
<i>Tabela 14 - Qualidade do ajuste do modelo preditor da percepção de Empowerment sobre a Negociação Cognitiva</i>	49
<i>Tabela 15 - Efeito preditor da percepção de Empowerment sobre a Negociação Cognitiva com os parâmetros Beta</i>	50
<i>Tabela 16 - Qualidade do ajuste do modelo preditor da percepção de Empowerment sobre a Negociação Emocional</i>	50
<i>Tabela 17 - Efeito preditor da percepção de Empowerment sobre a Negociação Emocional</i>	50
<i>Tabela 18 - Qualidade do ajuste do modelo preditor da percepção de Empowerment sobre a Agressão Psicológica Ligeira</i>	51
<i>Tabela 19 - Efeito preditor da percepção de Empowerment sobre a Agressão Psicológica Ligeira</i>	51
<i>Tabela 20 - Qualidade do ajuste do modelo preditor da percepção de Empowerment sobre a Agressão Psicológica Severa</i>	51
<i>Tabela 21 - Efeito preditor da percepção de Empowerment sobre a Agressão Psicológica Severa</i>	51

Lista de Acrónimos

VPI	Violência entre parceiros íntimos
ES	Escala de <i>empowerment</i>
CTS	Escalas de conflito revisadas
OMS	Organização Mundial da Saúde

I - Introdução

Integrado num projeto mais amplo, o Projeto Violência 360° - Abordagem clínica, familiar, social e comunitária da violência interpessoal em diferentes populações, a presente dissertação surge como requisito no acesso ao grau de mestre em Psicologia Clínica e da Saúde pela Universidade da Beira Interior.

O presente estudo apresenta como objetivo primordial analisar a percepção de *empowerment* e o nível de perpetração de táticas de resolução de conflitos, numa população de jovens adultos e estudantes do ensino superior. Mais especificamente, pretende-se: 1) analisar a prevalência global de perpetração de táticas de resolução de conflitos por sexo; 2) analisar as diferenças no nível de cronicidade anual de perpetração de táticas de resolução de conflito entre mulheres e homens; 3) analisar as diferenças quanto à percepção de *empowerment* entre mulheres e homens; 4) analisar a correlação entre a perpetração de táticas de resolução de conflitos e a percepção de *empowerment*; e 5) estudar a influência da percepção de *empowerment* na perpetração de táticas de resolução de conflitos.

A pertinência do tema surge da necessidade de contribuir para um maior conhecimento e uma melhor compreensão acerca da violência no contexto das relações íntimas nos jovens, de forma a possibilitar informação importante para o combate à Violência entre Parceiros Íntimos (VPI). A maioria dos estudos realizados, quer relativos à VPI, quer envolvendo a relação entre *empowerment* e VPI, têm como foco a perspetiva da vítima, evidenciando-se, aquando da pesquisa, uma escassez de literatura referente à perspetiva do perpetrador, em especial no âmbito da percepção de *empowerment*.

De forma geral, o *empowerment* expressa-se por meio da tomada de consciência para a ação, através de um processo intencional que permite aos indivíduos o ganho de sentido crítico e a procura por recursos igualitários (Damant, Bélanger, & Paquet, 2000). Tendo por base definições dadas por autores como Kieffer (1984), Zimmerman (1995), Chamberlin (1997) ou, mais recentemente, Maton (2008) torna-se evidente que o *empowerment* é um processo de desenvolvimento pessoal que visa o aumento da percepção e desenvolvimento das competências do indivíduo, bem como, da sua capacidade de ação, com a finalidade de obter controlo sobre a sua própria vida. O conceito tornou-se, nas últimas décadas, largamente utilizado nas ciências sociais, permeando várias áreas, tais como a gestão, a política, a saúde, a educação, a sociologia e com especial saliência na psicologia comunitária (Hur, 2006; Lincoln, Travers, Ackers, & Wilkinson, 2002).

No âmbito do presente trabalho, a concetualização de *empowerment* adotada é a referente à psicologia comunitária, com enfoque no *empowerment* psicológico, partindo de autores

referência como Julian Rappaport (Rappaport, 1981, 1987, 1995) e Marc Zimmerman (Zimmerman, 1990, 1995), que apresentam o *empowerment* como um construto multidimensional, incluindo noções relativas a vários contextos, assumindo diferentes formas e que se constitui como multinível, na medida em que pode ocorrer ao nível individual, organizacional ou comunitário. O estudo que se apresenta tem um foco de cariz individual dado que será avaliada a percepção de *empowerment* dos jovens participantes.

Ao nível da outra temática em análise, há a referir, que a violência tem acompanhado a experiência humana ao longo da sua história, como um fenómeno que difere em função da época, contexto e cultura (Minayo, 1994). Atualmente, como referem Dahlberg e Krug (2007), a violência é conceptualizada como um problema de saúde pública. No entanto, os referidos autores, apontam também para a inexistência de uma definição tangível desta problemática, levando a que a mesma se constitua como um fenómeno difuso e complexo (Dahlberg & Krug, 2007).

Neste trabalho, adota-se a conceptualização da violência presente no Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (World Health Organization, 2002) que se refere à violência como o uso intencional de força física ou poder, através de ameaça ou prática real, contra si mesmo, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulta ou tenha uma alta probabilidade de resultar, em sofrimento, ferimento, morte, dano psicológico, prejuízo do desenvolvimento ou privação. Esta definição de violência, proporcionada pela Organização Mundial de Saúde, pretende ir ao encontro da saúde e bem-estar dos indivíduos, ambicionando possibilitar um consenso global devido à necessidade de construção de uma definição sólida para comparação de dados entre países. Considerando, ainda, as tipologias de violência segundo a categorização realizada pela Organização Mundial de Saúde (Dahlberg & Krug, 2007; World Health Organization, 2002), no presente estudo adquire especial relevância, a violência interpessoal na sua subcategoria de violência exercida por parceiros íntimos. Também, segundo a Organização Mundial de Saúde, a Violência entre Parceiros Íntimos (VPI) define-se como o comportamento dentro de uma relação íntima que causa dano físico, sexual ou psicológico, incluindo atos de agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos controladores (World Health Organization, 2002). A referir que os registos da sua prevalência podem ser medidos em função da perpetração ou da vitimização (Organização Mundial da Saúde, 2012).

A investigação tem sugerido que a violência no seio dos relacionamentos resulta de um desequilíbrio de poder entre a vítima e o perpetrador (Raewyn W. Connell, 2003; Germain, 2001) sendo que o desejo do perpetrador por poder e controlo sobre o parceiro pode resultar em violência (Germain, 2001). Neste sentido, interligando as duas principais temáticas em análise, o *empowerment* é concebido como a chave para uma nova redistribuição de poder (Hanada, D'Oliveira, & Schraiber, 2010; León, 2000). O *empowerment* de género tem estado

associado à VPI, tradicionalmente visto como uma força pessoal, latente e multidimensional que posta em prática proporciona autonomia, poder, estatuto e responsividade (Kasturirangan, 2008).

Ainda assim, segundo Fernández-Montalvo e Echeburúa (2008), têm vindo a surgir investigações perante a necessidade de conhecer o perfil dos perpetradores para a elaboração de planos preventivos e de intervenção apropriados (Fernández-Montalvo & Echeburúa, 2008). As características do perpetrador revelam a combinação de um histórico de reações inadequadas ao stress, abuso prévio ou incapacidade psicológica de se relacionar (Cortez, Padovani, & Williams, 2005). Autores como Faulkner, Stoltenberg, Cogen, Nolder e Shooter (1992) encontram fatores stressores que promovem a perpetração da violência, quando associados a algumas das características mencionadas por Sinclair (1985): condições sociais e crenças, resposta da comunidade e características psicológicas. Também a Organização Mundial de Saúde (2002) avança fatores e características do perpetrador que contribuem para comportamentos violentos, ressaltando que mesmo havendo um consenso quanto a uma interação de fatores pessoais, situacionais, sociais e culturais que se combinam para a perpetração, ainda é escassa a informação sobre quais os fatores mais importantes.

É, perante as temáticas precedentes, que surge o propósito de contribuir para a melhoria do conhecimento da relação entre a perceção de *empowerment* e a perpetração de táticas de resolução de conflitos nas relações íntimas. Neste sentido, com o intuito de dar resposta aos objetivos apresentados, o documento que se segue apresenta uma estrutura dividida em duas partes, sendo a primeira referente ao enquadramento teórico e a segunda referente ao estudo empírico.

O enquadramento teórico é constituído por três capítulos distintos, nos quais se pretende, de forma apriorística, enquadrar, delimitar e explanar acerca de cada uma das temáticas e, posteriormente no capítulo final, articulá-las e relacioná-las. Neste sentido, no primeiro capítulo será abordado, de forma geral, as conceções e definições do conceito de *empowerment*, bem como, paradigmas explicativos, *empowerment* psicológico e o conceito de poder no *empowerment*. O conteúdo do segundo capítulo será dedicado à exploração da violência, subdividindo-se em dois subtópicos principais. Um primeiro acerca da tipologia da violência e um segundo no âmbito da Violência entre Parceiros Íntimos. Este último será constituído pela clarificação de noções a respeito da VPI, entre os quais, tipologia, conceitos de género e poder, modelos explicativos, fatores de risco da perpetração, prevalência da perpetração e, ainda, resolução de conflitos. No terceiro e último capítulo do enquadramento teórico, será abordada a relação entre *empowerment*, VPI e perpetração.

No que diz respeito à parte empírica, esta compor-se-á por três capítulos principais. Inicialmente, apresentar-se-á o estudo explicitando-se os objetivos gerais e específicos

formulados. Seguidamente, na continuidade do primeiro capítulo, os subcapítulos constituídos dirão respeito à caracterização da população/amostra, instrumentos utilizados, procedimentos de recolha de dados, bem como, procedimentos de análise de dados. Segue-se um segundo capítulo no qual serão apresentados os resultados obtidos no âmbito dos objetivos propostos. Por sua vez, o terceiro capítulo incidirá na discussão interpretativa dos mesmos. Para finalizar o documento, serão apresentadas as considerações finais, nas quais se procurará apresentar os principais contributos procedentes da realização do estudo, bem como, as suas limitações e propostas de estudos futuros.

Tendo em conta que a Psicologia se apresenta como um recurso na ajuda de resolução de problemas que afetam indivíduos, famílias ou comunidades que, de alguma forma, se sintam impotentes para os resolver (Damant et al., 2000; Gutierrez, 1995), pretende-se, com a realização deste trabalho de investigação, contribuir cientificamente no aprofundamento e desenvolvimento do conhecimento acerca das relações, teóricas e empíricas, entre *empowerment* e VPI, em particular na perspetiva da perpetração. Acresce-se ainda que, estando o *empowerment* associado a processos de crescimento pessoal, interpessoal e de poder político facilitadores da melhoria de vida dos indivíduos nos seus vários contextos (Gutierrez, 1995), ambiciona-se também auxiliar no combate da violência entre parceiros íntimos, bem como, contribuir para enriquecer o exercício da Psicologia Clínica e da Saúde.

II - Enquadramento Teórico

1 - *Empowerment*: Conceção e Definições

As origens do conceito de *empowerment* provêm dos Estados Unidos, emergindo como uma ideologia política (Trickett, 1994) proveniente das teorias democráticas, cuja tenção central passava por capacitar as pessoas a tomarem ações no sentido de controlarem as suas vidas (Gruber & Trickett, 1987). Aquando da década de 60, o *empowerment* representou um importante papel unificador dos movimentos civis (Trickett, 1994), contribuindo fortemente para a realização de estudos no âmbito da intervenção social e comunitária preventiva nos finais da década de 70 (Kieffer, 1984).

Comumente, o *empowerment* expressa-se em torno da ideia de consciencialização, isto é, da tomada de consciência para a ação, mediante um processo intencional que permite aos indivíduos o ganho de sentido crítico e a procura por recursos igualitários (Damant et al., 2000). Este conceito tornou-se, nas últimas décadas, largamente utilizado nas ciências sociais, permeando diversificadas áreas, tais como, a gestão, a política, a saúde, a educação e a sociologia, porém, com especial destaque na psicologia comunitária (Hur, 2006; Lincoln et al., 2002). Foi na década de 80 que o construto chegou à psicologia comunitária, através de Rappaport, que definiu *empowerment* como o processo pelo qual as pessoas ganham controlo sobre as suas vidas, envolvendo tanto, o nível individual de resolução sobre as suas próprias vidas, como a participação democrata na comunidade (Rappaport, 1981, 1987). Na base do *empowerment* encontra-se a preocupação com aqueles que são excluídos pela sociedade em consequência de características demográficas, físicas ou emocionais (Rappaport, 1981, 1987). Subsequentemente à primeira definição de *empowerment* no campo da psicologia comunitária, vários autores têm dado os seus contributos em prol da clarificação deste conceito, não obstante, permanece aparentemente consensual a ideia de aumento do controlo individual e a participação comunitária (Damant et al., 2000). De salientar, que a psicologia apresenta-se como um recurso na ajuda de resolução de problemas que afetam indivíduos, famílias ou comunidades que, de alguma forma, se sintam impotentes para os resolver (Damant et al., 2000; Gutierrez, 1995) e, por sua vez, o *empowerment* tem sido associado a processos de crescimento pessoal, interpessoal e de poder político facilitadores da melhoria de vida dos indivíduos nos seus vários contextos (Gutierrez, 1995).

O *empowerment* tem sido observado mediante um duplo ângulo: como um processo e como um resultado (Prilleltensky, 2008; Speer, 2008; Spreitzer, Kizilos, & Nason, 1997; Zimmerman, 1995). É perspetivado, por um lado, como um processo fluído que se estende no tempo e lugar com características imprevisíveis e mutáveis e, por outro lado, como um resultado pela capacidade de se medirem os resultados expectáveis (Spreitzer et al., 1997). Apesar da maioria

das intervenções se centrarem em resultados, defende-se que o processo possa ser mais instrutivo que os resultados (Hur, 2006).

O conceito de *empowerment* apresenta inúmeras definições. Por exemplo, Kieffer (1984) conceptualizou o *empowerment* como um processo de desenvolvimento individual, continuado e de longo prazo, das competências individuais e das competências de participação social (Kieffer, 1984). Já Zimmerman (1995) compreende este conceito como a percepção dos indivíduos acerca das suas competências e o seu envolvimento ativo na comunidade, num processo em que os indivíduos fazem uma aprendizagem, no sentido de fazer corresponder os meios necessários aos seus objetivos (Zimmerman, 1995). Por sua vez, Chamberlin (1997) caracterizou o *empowerment* através de atributos como a capacidade de tomar decisões, a escolha, o acesso a recursos e a compreensão de que o indivíduo tem direitos (Chamberlin, 1997). Mais recentemente, Maton (2008) concebe o *empowerment* como um processo através do qual os indivíduos amplificam o controlo sobre as suas próprias vidas, acedem a recursos comunitários de valor e melhoram a sua condição social. Supletivamente, o autor acresce que se trata também de um processo coletivo e participativo de desenvolvimento no qual indivíduos e grupos vulneráveis adquirem controlo sobre as suas vidas e o meio (Maton, 2008). Sob um olhar transversal das diversas definições precedentes, fica evidente pelas definições dos vários autores que o *empowerment* é um processo de desenvolvimento pessoal que objetiva, o aumento da percepção e desenvolvimento das competências do indivíduo e, da sua capacidade de ação, com a finalidade de obter controlo sobre a sua própria vida.

Autores como Ornelas (1997), Perkins e Zimmerman (1995) e Rappaport (1987), referem três componentes básicas para a ocorrência de um processo de *empowerment*: a) esforço para exercer controlo e influenciar decisões que afetem as suas vidas; b) a participação com os outros para alcançar objetivos comuns; e c) a compreensão crítica do ambiente social (Ornelas, 1997; Perkins & Zimmerman, 1995; Rappaport, 1987).

No presente trabalho, adota-se a conceptualização de *empowerment* face à psicologia comunitária, com enfoque no *empowerment* psicológico, tendo como referência autores como Julian Rappaport (Rappaport, 1981, 1987, 1995) e Marc Zimmerman (Zimmerman, 1990, 1995), que apresentam o *empowerment* como um construto multidimensional, incluindo noções de vários contextos e assumindo diferentes formas, bem como, um construto multinível, na medida em que pode ocorrer aos níveis individual, organizacional ou comunitário. Também, mais recentemente, Hur (2006) reforça que para a compreensão do *empowerment* é necessário considerar três condições fundamentais. Primeiramente, atender que o *empowerment* tem um carácter multidimensional, isto é, pode ocorrer em várias dimensões, tais como, dimensão psicológica, social, económica, política, entre outras. Seguidamente, considerar também a condição multinível do *empowerment*, podendo ocorrer aos níveis individual, de grupo e

comunitário. E, por último, o autor enfatiza que o *empowerment* é um processo social, ocorrendo na relação com os outros (Hur, 2006).

No referente ao nível individual, a noção de *empowerment* abrange a percepção de eficácia do indivíduo para o alcance dos seus objetivos e a sua participação ativa na comunidade (Zimmerman, 1995). O nível individual, refere-se ainda às oportunidades de aprendizagem de competências de tomada de decisão, de gestão, dos recursos e de trabalho com os outros, traduzindo-se em sentimentos de controlo, consciência crítica, bem como, em comportamentos de participação (Zimmerman, 2000).

O nível organizacional, compreende a promoção da participação dos seus membros nos processos e estruturas organizacionais visando o incremento de eficácia no alcance de objetivos (Perkins & Zimmerman, 1995). Este nível, reflete-se na existência de oportunidades de participação na tomada de decisão, partilha de responsabilidades e de liderança e, espera-se a competição eficaz por recursos, o trabalho em rede com outras organizações e capacidade de influência política (Zimmerman, 2000).

Relativamente ao nível comunitário, o *empowerment* manifesta-se por meio da participação dos cidadãos e das organizações no desenvolvimento e implementação de soluções na comunidade no sentido da melhoria da qualidade de vida da mesma (Perkins & Zimmerman, 1995). Caracteriza-se, ainda, pelo acesso aos recursos, por uma estrutura de governação aberta, bem como, pela tolerância à diversidade, verificando-se em parcerias organizacionais, de liderança pluralista e competências de participação dos indivíduos (Zimmerman, 2000).

Zimmerman (1995) referiu que a análise dos níveis de *empowerment* são fundamentais na sua construção, muito embora a existência de *empowerment* num dos níveis não conduza obrigatoriamente à sua manifestação num outro nível, nem os mesmos se encontram ordenados hierarquicamente, o que significa que o mesmo indivíduo pode deter diferentes graus de *empowerment* para cada nível. Não obstante, é esperado que em indivíduos com um grau elevado de *empowerment*, todos os níveis apresentem elevados valores de *empowerment* e, ainda assim, se somente um dos componentes apresentar *empowerment* já será considerado significativo no âmbito do *empowerment* psicológico (Zimmerman, 2000). Acresce-se ainda, a possibilidade de existir *empowerment* sem o poder de realizar os objetivos, sendo que, tal determina a diferença entre *empowerment* e poder, dado que este último sugere autoridade (Zimmerman, 1995).

Perante os níveis comunitário e organizacional, pela sua dimensão mais ampla, a influência de fatores poderá suplantar o indivíduo e o grupo (Perkins, 1995). Considera-se uma comunidade com *empowerment* aquela que principia esforços para promover melhorias, responde a ameaças à qualidade de vida, proporciona aos seus indivíduos a possibilidade de participação e

ainda, cujas organizações ofereçam aos indivíduos oportunidades que propiciem a aquisição de controlo sobre as decisões que afetam a sua vida (Zimmerman, 2000). A acessibilidade dos recursos disponíveis a todos (Zimmerman, 2000) permite aos indivíduos superarem as suas dificuldades pessoais, facilitando o crescimento e a mudança, agindo como impulsionadora do *empowerment* individual (Maton, 2008).

Na sequência do descrito, o presente trabalho tem um enfoque no nível individual, na medida em que será avaliada a percepção de *empowerment* dos sujeitos da amostra recolhida.

1.1 - Paradigmas Explicativos do *Empowerment*

Damant, Bélanger, e Paquet, (2000) referem três paradigmas (tecnocrático, ecológico e estrutural) que alicerçam o conceito de *empowerment* e que influem nos desenhos dos processos do mesmo, na exposição dos problemas, nos projetos de mudança social, assim como, na escolha dos métodos de pesquisa e intervenção e, ainda, na delineação de objetivos. São paradigmas específicos, cujos componentes permitem identificar os problemas e a sua génese (individuais ou sociais), a mudança desejada (individual ou coletiva) e os meios a eleger. Assumindo a perspectiva dos autores, é apresentada seguidamente uma breve descrição de cada uma das abordagens.

O paradigma tecnocrático, fortemente influenciado pela psicologia, confere a falta de poder a défices maioritariamente pessoais face ao desconhecimento dos indivíduos acerca da sua capacidade e da utilização da mesma. As mudanças desejadas são as percepções e os comportamentos individuais com o intuito de capacitar os indivíduos e de os prover na aquisição de competências de resolução dos seus problemas. O *empowerment* coloca-se no nível individual e manifesta-se no aumento de autoestima e da motivação, pela elevação do sentido de responsabilidade do indivíduo face à transferência ou partilha de poder (Damant et al., 2000).

O paradigma ecológico abrange os sujeitos e o contexto no qual se inserem, priorizando condições incapacitantes do indivíduo. Procura-se, face a este paradigma, a diminuição do impacto de relações sociais que são percebidas como injustas e discriminatórias, assim como, o reconhecimento do impacto dos macrossistemas nos indivíduos, famílias e comunidades. Por um lado, as mudanças ambicionadas situam-se ao nível da formação do indivíduo para a compreensão do que lhe está a acontecer e para a capacitação de acesso a recursos pessoais e ação num determinado contexto. Por outro lado, a mudança social também pode ocorrer e adquirir padrões de consenso ao invés de conflito. A aquisição de poder permite a obtenção de influência para a negociação e restabelecimento de relações sociais justas. Neste paradigma incluem-se ideologias psicológicas e ambientais que vão ao encontro da psicologia comunitária, partindo de que o *empowerment* constitui a oportunidade para a capacitação da prática de

habilidades pessoais e a partilha ou (re)negociação de poder em certos contextos (Damant et al., 2000).

Por fim, o paradigma estrutural aproxima-se mais da sociologia crítica e da política do que da psicologia. Interpreta a falta de poder como fruto de uma dominação, conseqüente de acordos sociais injustos e de forças sociais repressivas, distanciando-se dos défices pessoais. Neste paradigma, o poder está esculpido em relações sociais desiguais, pelo que sugere uma abordagem mais conflitual através da transformação das estruturas sociais que concebem e conservam as desigualdades sociais. O *empowerment* assume contornos políticos, avocando um poder formal sobre as dimensões sociopolíticas que imbuem a vida dos indivíduos e lhes condiciona o acesso a recursos e oportunidades. Fundamentalmente inspirado em ideologias sociopolíticas e feministas, o paradigma estrutural defende os valores democráticos da igualdade, argumentando que o *empowerment* contribui para que exista transformação na comunidade e no indivíduo e concludente transformação social. Para tal, cada indivíduo deve fortalecer a sua consciência crítica na medida da perceção de si mesmo, como indivíduo capaz de agir para mudar a sociedade, contrariamente a ser mero objeto social (Damant et al., 2000).

1.2 - *Empowerment* Psicológico

Empowerment psicológico é resultante do *empowerment* exercido e alcançado ao nível individual, sem negligenciar as influências ecológicas e culturais (Zimmerman, 1990, 1995). E, como Zimmerman esclarece, nada tem a ver com fenómenos intrapsíquicos ou traços de personalidade (Zimmerman, 1990, 1995), podendo ser definido como o processo ativo de participação para atingir os recursos ou competências necessárias para o aumento do controlo do indivíduo sobre a sua própria vida e alcançar os seus objetivos de vida (Maton & Salem, 1995).

Zimmerman (1995,2000) conceptualizou, ainda, o *empowerment* psicológico constituído por três componentes interrelacionadas: a componente intrapessoal, a componente interacional e a componente comportamental. Assim, e segundo o autor a componente intrapessoal alude ao sentimento de competência pessoal do indivíduo numa determinada circunstância e inclui domínios específicos como a autoeficácia e motivação para o controlo e a perceção de domínio, refletindo a forma como as pessoas pensam acerca de si mesmas. A componente interacional indica a capacidade cognitiva de analisar e compreender o ambiente social, remetendo para a forma como os indivíduos utilizam as suas competências para influenciar o contexto e aceder a recursos e, ainda, para as competências de gestão dos recursos uma vez adquiridos. Por último, a componente comportamental engloba as ações colocadas em curso para influenciar os resultados, exercer controlo e participar na tomada de decisão e resolução de problemas (Zimmerman, 1995, 2000). Em síntese, as três componentes de *empowerment* são emergentes em indivíduos que admitem possuir capacidades para influenciar um definido contexto (componente interpessoal), compreendem como esse contexto funciona (componente

internacional) e executam ações que influenciam o mesmo (componente comportamental) (Zimmerman, 1995, 2000).

Como conceito multidimensional, o *empowerment* visa a obtenção de poder, procurado nas distintas dimensões da vida de forma auto-determinada (Damant et al., 2000) e fruto da autorreflexão da experiência subjetiva influenciada, contudo, pela disponibilidade de opções, do acesso a informação sobre as escolhas e direitos pessoais, assim como, das oportunidades e apoios nas decisões a serem tomadas (Chamberlin, 1997).

Assim, o *empowerment* psicológico caracteriza-se por uma análise individual de percepção de controlo pessoal, com uma atitude proativa dos interessados, envolvendo a consciência crítica do ambiente (político e social) e das relações de poder que se desenvolvem no contexto em que se está inserido (Cortez & Souza, 2008; Damant et al., 2000).

1.3 - O Conceito de Poder no *Empowerment*

A construção do *empowerment* é efetuada através de mudanças significativas na experiência de poder, originada em interação com o mundo social mediante um processo interativo, no qual, o indivíduo age em direção a objetivos significativos fazendo uso das suas habilidades, conhecimento, autoeficácia e usufruindo de apoios da comunidade (Cattaneo & Goodman, 2014).

A salientar que, embora exceda os objetivos deste trabalho aprofundar o conceito de poder, uma breve descrição de alguns aspetos chave do conceito, na conceptualização do *empowerment* torna-se pertinente.

Destaca-se a noção de poder, percebida como uma relação e não como uma propriedade de um indivíduo ou grupo, que tem sido presente na literatura sobre poder (Masterson & Owen, 2006; Neal & Neal, 2011; Tew, 2006). O poder é uma dinâmica entre as entidades sociais que vai desde os indivíduos às instituições, podendo mudanças de poder incluir transformações na relação entre duas pessoas ou nas relações entre o indivíduo e as instituições (Cattaneo & Goodman, 2014). Masterson e Owen (2006) analisaram a tensão entre o *empowerment* nos níveis individual e social, ou seja, se a percepção do poder num nível pode desconfigurar a compreensão do poder no outro, tendo os autores concluído que ambas as conceptualizações são necessárias e que estão intrinsecamente ligadas. Auxiliar os indivíduos a aumentar o poder pessoal produz efeitos limitados na ausência de mudanças sociais que permitam que esse poder seja exercido e, por sua vez a mudança social não se revelará capacitadora, caso os indivíduos se percecionarem como incapazes de fazer uso delas (Masterson & Owen, 2006).

A dinâmica do poder ao nível social deve ser internalizada ao nível individual, na compreensão de como as pessoas entendem a sua circunstância e podem fazer uso da capacidade de mudá-

la (Tew, 2006). O poder, adquire assim, uma conceptualização de ponte entre os mundos intrapsíquicos e social do indivíduo (Cattaneo & Goodman, 2014).

Subjacente à dinâmica do poder e da sua operacionalidade, Riger (1993) identifica na literatura o poder *sobre*, no sentido de dominância; o poder *para*, no sentido da capacidade de agir e o poder *de*, no sentido da liberdade para influenciar outros (Riger, 1993). Tew (2006) identificou ainda o poder em conjunto, ou seja, a capacidade de influência cooperativa. Propôs que a dinâmica do poder possa ser produtiva, no sentido da abertura de oportunidades ou limitadora, no sentido de fechá-las (Tew, 2006). Para Cattaneo e Chapman (2010), a definição de poder assenta no incremento da influência nas relações sociais em qualquer nível de interação humana, desde as interações diádicas à interação entre uma pessoa e um sistema (Cattaneo & Chapman, 2010).

2 - Violência

A violência tem acompanhado a experiência humana ao longo da sua história, como um fenómeno que varia em função de fatores como época, contexto e cultura (Minayo, 1994). Por tal, tem sido crescente o interesse manifestado no âmbito desta temática, pondo em evidência a sua magnitude e impacto, tanto ao nível micro como macrossocial, assim como, a sua incidência e prevalência (World Health Organization, 2008).

Dahlberg e Krug (2007) ostentam a violência como a causa de morte primordial de pessoas entre os 15 e 44 anos e, economicamente, estimam em vários biliões os gastos oriundos da violência, quer ao nível de cuidados de saúde, quer nas economias dos países. Os autores mencionados ressalvam para o facto de, atualmente, a tecnologia tornar possível que seja visível o impacto de muitas formas de violência como terrorismo, guerras, tumultos cívicos, entre outras. Contudo, alertam também, que um número maior de atos violentos ocorre sem ser visto. São vítimas jovens, fracas ou incapazes de se protegerem ou, que por convenções ou pressões sociais, são forçadas a guardar silêncio (Dahlberg & Krug, 2007). Os autores argumentam que no que remete para as causas da violência, estas têm dois aspetos, umas são facilmente identificáveis outras permanecem mais ocultas, fortemente enraizadas na sociedade, e nas suas dimensões culturais e económicas (Dahlberg & Krug, 2007).

Ainda Dahlberg e Krug (2007), congratulam o facto de que a violência seja atualmente conceptualizada como um problema de saúde pública, expondo que um dos motivos que procrastinou esta abordagem, refere-se à inexistência de uma definição tangível desta problemática, constituindo-se como um fenómeno difuso e complexo (Dahlberg & Krug, 2007).

Em 2002, a Organização Mundial de Saúde (OMS) publicou um Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. É um relatório amplamente referenciado na literatura sendo considerado um importante marco que tornou público e mundial o problema da violência, amplificando o debate e unindo a violência enquanto questão a ser enfrentada (Schraiber, D'Oliveira, & Couto, 2006).

No seguimento do referido, o presente trabalho rege-se pela conceptualização da violência presente no relatório supracitado (World Health Organization, 2002) que descreve esta problemática como o uso intencional de força física ou poder, através de ameaça ou prática real, contra si mesmo, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulta ou tenha uma alta probabilidade de resultar, em sofrimento, ferimento, morte, dano psicológico, prejuízo do desenvolvimento ou privação.

Por um lado, a definição precedente coliga a intencionalidade com a concretização de forma autónoma, face às consequências do ato, incluindo os atos autoinfligidos. Por outro lado, compreende a palavra “poder” incorporando ações que resultam de uma relação de poder, como ameaças ou intimidação. Neste sentido, verifica-se uma expansão do conceito além dos atos óbvios propriamente ditos, incluindo a injúria psicológica e privações ou prejuízos de desenvolvimento. Por tal, abrange todas as formas de violência contra mulheres, crianças e idosos entre outros, que podem originar problemas físicos e/ou psicológicos sem que imperativamente existam ferimentos, incapacidade ou morte, independentemente de os atos serem públicos ou privados, reativos ou antecipatórios, ou criminosos ou não (World Health Organization, 2002).

Sumariamente, a definição de violência proporcionada pela OMS, pretende ir ao encontro da saúde e bem-estar dos indivíduos, ambicionando viabilizar um consenso global devido à necessidade de construção de uma definição sólida que permita a comparação de dados entre países.

2.1 - Tipologia da Violência

À semelhança da definição de violência, a OMS encetou no referido Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (World Health Organization, 2002) esforços no sentido de delinear uma tipologia que revelasse o máximo de abrangência e universalidade (Dahlberg & Krug, 2007).

A tipologia trilhada pela OMS (World Health Organization, 2002) divide a violência em três grandes categorias: violência autodirigida; violência interpessoal; e violência coletiva. Estas três primeiras categorias foram criadas seguindo o critério de quem comete o ato violento e, posteriormente, subdividem-se em novas categorias objetivadas à especificação dos tipos de violência. Como tal, a violência autodirigida é a relativa à violência que uma pessoa pratica sobre si própria; por sua vez, a violência interpessoal engloba a violência entre indivíduos ou um pequeno grupo de indivíduos; e, por fim, a violência coletiva diz respeito à violência

exercida por grupos maiores e organizados como estados, grupos políticos, grupos de milícias, organizações terroristas entre outros. No que concerne às subcategorias, a violência autodirigida ramifica-se em comportamento suicida e agressão autodirigida, abarcando comportamentos de natureza física, psicológica e de privação ou abandono; a violência interpessoal subdivide-se em violência praticada por família/parceiros íntimos e violência na comunidade, incluindo comportamentos de natureza física, sexual, psicológica e de privação ou abandono; e, por último, a violência coletiva segmenta-se em violência social, política e económica podendo incorporar comportamentos de natureza física, sexual, psicológica e de privação ou abandono (World Health Organization, 2002).

No propósito do estudo que se apresenta e, segundo a tipologia da OMS (Dahlberg & Krug, 2007; World Health Organization, 2002), adquire especial relevância a violência interpessoal na sua subcategoria de violência de família e parceiros íntimos, em particular, a violência exercida por parceiros íntimos, temática que se desenvolve no tema seguinte.

2.2 - Violência entre Parceiros Íntimos

O conceito de Violência entre Parceiros Íntimos (VPI) reporta-se à violência exercida por indivíduos que possuem entre si, laços íntimos. Refere-se, assim, às práticas de violências empreendidas por parte de um dos parceiros, no contexto de uma relação íntima, seja a natureza dessas práticas de índole física, psicológica, sexual ou coerção (McHugh & Frieze, 2006) podendo acontecer entre namorados, cônjuges, ex-cônjuges, ou noutra tipo de relacionamento, independentemente da idade, sexo, etnia, estatuto socioeconómico e podendo assumir várias formas (Roberto, McCann, & Brossoie, 2013).

A literatura e a história demonstram que a VPI tem sido uma prática comum ao longo de várias gerações, nas suas diversificadas formas. Os autores que se dedicaram ao estudo da problemática têm vindo a avançar múltiplos termos com o propósito de definir a violência na intimidade (Caridade & Machado, 2006). Num sucinto histórico do conceito, o primeiro termo a ter visibilidade terá sido a violência contra crianças com o surgir do “síndrome da criança batida” (Kempe, 1962), despertando para a questão dos maus tratos em contextos íntimos, neste caso, maus tratos parentais. O despertar da consciência social para a violência ocorrida no meio familiar suscitou a que os movimentos feministas da década de 70 alertassem para o facto de as mulheres serem, também, vítimas de violência neste contexto. À data, a cultura dominante legitimava que a mulher e os filhos eram pertenças do homem e despontaram conceitos como “violência conjugal”, “violência contra a mulher”, “violência de género”, “violência marital” e “violência doméstica”, entre outros, caracterizado por serem mais exclusivos e circunscritos da violência no contexto da família (Debert & Gregori, 2008; Neves, 2008).

Destaca-se a relevância de elucidar acerca de algumas destas terminologias, nomeadamente as noções de violência doméstica e de violência contra a mulher. A violência doméstica refere-se a todos os atos de violência física, sexual, psicológica ou económica entre cônjuges ou ex-cônjuges, ou entre companheiros ou ex-companheiros, quer o agressor coabite ou tenha coabitado, ou não, com a vítima (Conselho da Europa, 2011). Por sua vez, a violência contra a mulher assinala qualquer ato de violência de género que resulte ou possa resultar em dano físico, sexual ou psicológico à mulher, incluindo ameaças de atos violentos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, ocorrida em público ou na vida privada (Claudia, Garcia-Moreno, Jansen, Ellsberg, Heise, & Watts, 2005).

Um outro conceito que, desde meados do século passado, tem gerado interesse e reconhecimento científico, originando literatura e investigação na área é o de violência no namoro. O namoro é definido como uma interação social e a realização de atividades em conjunto, com a intenção subjetiva ou não, de permanecer nessa relação até que uma das partes decida o término, ou a relação avance para um novo compromisso (Straus, 2004). Trata-se de uma relação romântica entre duas pessoas solteiras, mutuamente atraídas (Duarte & Lima, 2006). A noção de violência no namoro é definida e determinada por atos de violência, pontuais ou contínuos cometidos por um dos parceiros dentro da relação de proximidade e intimidade, com o objetivo de controlar e /ou magoar, dominar e ter mais poder (APAV, 2011).

Todavia, os termos referidos foram sendo fortemente criticados e considerados redutores face à problemática (Neves, 2008), por apontarem para um problema interno a ser resolvido pelos elementos, por omitirem a identificação dos promotores perante o tipo de violência praticado, bem como, por não indicarem que os acontecimentos violentos podiam acontecer fora do espaço familiar, no espaço público como, por exemplo, a perseguição de parceiros íntimos com vista à sua intimidação através de comportamentos de assédio persistente (Grangeia & Matos, 2010). Outras críticas referem a proliferação de diferentes definições para fenómenos semelhantes, muito embora seja aceite que cada uma das designações está associada a qualidades e fatores de risco que podem ser diferenciadores (Debert & Gregori, 2008).

Supletivamente, uma abordagem maioritariamente feminina ocultava outras formas de violência no contexto das relações íntimas, nomeadamente as homossexuais e a violência exercida pela mulher sobre o homem, o que contribuía em parte para a manutenção de estereótipos de género na sociedade (Matos, 2006). Emergiu assim a necessidade de encontrar um termo inclusivo para outras configurações relacionais como as uniões de facto, o namoro ou as relações homossexuais. A VPI é a mais recente e abrangente designação (Matos, 2006) e a mais utilizada neste âmbito devido à sua abrangência e inclusão de todos os tipos e formas de violência nos diferentes contextos relacionais (McHugh & Frieze, 2006).

A VPI manifesta-se assim como uma denominação de largo espectro que permite a inclusão da diversidade de intervenientes e contextos, sendo que o que a distingue de outros conceitos é o facto de ocorrer em espaços relacionais de grande proximidade, independente da sua forma jurídica, da consanguinidade, coabitação, casamento, união de facto, namoro, relações hétero e homossexuais, filhos biológicos ou adotados, idosos, cuidadores formais ou informais (World Health Organization, 2002). Esta problemática revela-se complexa ao nível social e da saúde pública, produzindo consequências arrasadoras para a vítima, tanto ao nível físico como psicológico (Stalans & Ritchie, 2008). A VPI tem, progressivamente, vindo a ser considerada um problema de saúde pública quer em países em desenvolvimento quer em países desenvolvidos (Lawoko, Dalal, Jiayou, & Jansson, 2007).

Nas últimas décadas a investigação da violência interpessoal, tem sido alargada a vários contextos de relações interpessoais íntimas. Por um lado, tal tem sido motivado por cada vez ser mais comum e pelos registos da sua prevalência (Paiva & Figueiredo, 2004), podendo esta última ser mensurada em função da perpetração ou da vitimização (Organização Mundial da Saúde, 2012). Por outro lado, assistiu-se a uma aceitação de determinadas formas de violência no contexto íntimo que, por vezes, chegam a ser interpretadas como demonstrações de amor (Glass et al., 2003). Não obstante, em países como os Estados Unidos da América a VPI é considerada uma das principais causas de injúria e morte (Mignone, Klostermann, & Chen, 2009) e é considerada um problema social significativo e persistente em todo o mundo (Karakurt & Cumbie, 2012). A violência no contexto das relações íntimas, pela sua natureza específica, leva a que a sua ocorrência e impacto, sejam frequentemente encobertos, o que se torna promotor de uma subestimação das reais consequências. Ainda assim, a investigação tem demonstrado que se trata de uma forma de violência comum (Organização Mundial da Saúde, 2012) ocorrendo em todos os países, culturas e níveis da sociedade (World Health Organization, 2002).

A violência praticada por parceiro íntimo afeta homens e mulheres, sem género definido para vítima ou perpetrador, todavia é inegável a forte propensão para que o homem seja o agressor. Contudo, é também exercida por mulheres contra homens, bem como, no âmbito de relações com o mesmo sexo, podendo ocorrer em diferentes faixas etárias com impacto na saúde física e mental de ambos os sexos (Caridade & Machado, 2006; Chang et al., 2010; Mignone et al., 2009; Organização Mundial da Saúde, 2012; Paiva & Figueiredo, 2003; Schneider, Burnette, Ilgen, & Timko, 2009). A nocividade deste tipo de violência pode perpetuar-se uma vida inteira e proliferar através de gerações, com pesadas implicações na saúde, educação, trabalho, no crime e no bem-estar económico de indivíduos, famílias, comunidades e sociedades (Organização Mundial da Saúde, 2012).

Como consequências diretas da VPI, a OMS refere as lesões físicas, desordens gastrointestinais, síndromas de dor crónica, depressão e comportamentos suicidas, desordens ginecológicas e incapacidades de aprendizagem e de trabalho (Organização Mundial da Saúde, 2012). No

entanto, a investigação tem ampliado o espectro de consequências encontradas. Ansiedade, abuso de substâncias, perturbação de stresse pós-traumático (Swan, Gambone, Caldwell, Sullivan, & Snow, 2008), insucesso escolar (Caridade & Machado, 2006) ideação suicida (Caridade & Machado, 2006; Chan, Straus, Brownridge, Tiwari, & Leung, 2008), assim como, déficits de autoestima, patologias relacionadas com a ansiedade e privação de habitação (Cattaneo & Goodman, 2014; Coker et al., 2000; Warshaw, Brashler, & Gil, 2009) têm sido relatadas como consequências da VPI.

A definição de VPI utilizada no Relatório sobre Violência e Saúde publicado pela Organização Mundial de saúde em 2002, tem sido largamente utilizada, representando-se como uma referência conceptual. Esta, descreve violência do parceiro íntimo como o comportamento dentro de uma relação íntima que causa dano físico, sexual ou psicológico, incluindo atos de agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos controladores (World Health Organization, 2002). Refere-se ainda, que a VPI aparece, particularmente, aquando da adolescência e início da vida adulta, cuja ocorrência se manifesta habitualmente no casamento ou em situações de coabitação (Organização Mundial da Saúde, 2012), no entanto, nas relações de namoro cerca de 28% dos homens e mulheres, em algum momento do seu percurso de vida, terão estado ou estarão inseridos numa relação que envolve atos violentos (Caridade & Machado, 2006).

2.2.1 - Tipologia da Violência por Parceiro Íntimo

Os tipos de violência entre parceiros íntimos pode abranger um conjunto de comportamentos agressivos com várias dimensões que diferem em função do tipo, da gravidade, da agressão, da frequência e do impacto emocional e físico (Mignone et al., 2009; Straus, Hamby, Boney-McCoy, & Sugarman, 1996).

Ressalva-se que as tipologias aqui apresentadas não têm carácter de circunstância singular, isto é, no geral coexistem diferentes tipos de abuso no mesmo relacionamento (World Health Organization, 2002).

A tipologia da violência proposta pela OMS (Dahlberg & Krug, 2007; World Health Organization, 2002) subdivide a VPI pela sua natureza, indicando os seguintes quatro tipos: violência física, violência sexual, violência psicológica e privação ou abandono. A violência física é normalmente considerada em função das sequelas repartindo-se em abuso físico com sequelas, que se caracteriza pela existência de dor continuada por mais de um dia ou lesão de ossos e tecidos; e abuso físico sem sequelas que indica o uso da força física contra o parceiro sem resultar em dano maior (Lindner, Coelho, Bolsoni, Rojas, & Boing, 2015; Straus et al., 1996). A violência física trata-se da forma de violência mais visível da VPI, implicando ofensa à integridade física (Straus et al., 1996), e inclui atos como bater ou mesmo o recurso a armas contra o parceiro íntimo (World Health Organization, 2002). A violência sexual ocorre mediante a imposição ao

parceiro da prática de atos sexuais contra a sua vontade, recorrendo à intimidação ou à violência física (Straus et al., 1996; World Health Organization, 2002). Pressupõe atos de coercivos que vão desde a insistência verbal e ameaças até ao uso da força (Straus et al., 1996). A recusa da prática sexual pode, muitas vezes, ser entendida como uma traição, desencadeando discussões, agressões e a violência sexual (Gomes & Diniz, 2008). A violência psicológica processa-se a partir do recurso a atos verbais e não-verbais suscetíveis de ferir o outro. Este tipo de violência consiste na ofensa à saúde emocional, manifestando-se de formas diversificadas, como isolamento social, manipulação, humilhação, ironia, chantagem, intimidação e desvalorização (Straus et al., 1996). Tal, pode resultar na perda da autoestima e levar ao aparecimento de doenças psiquiátricas e ideação suicida na vítima, independentemente do seu género (Straus et al., 1996; World Health Organization, 2002). A agressão psicológica é muitas vezes desconsiderada como violência, motivando medo e insegurança nas vítimas, tornando-as vulneráveis a outras formas de violência (Acosta, Gomes, Fonseca, & Gomes, 2015). Por outro lado, trata-se da forma de violência menos visível que, por não deixar marcas observáveis, dificulta a deteção da perpetração da violência, inclusivamente para a própria vítima, que não raras vezes, somente percebe que está a ser agredida aquando de agressão física (Schraiber et al., 2006). A violência por meio de privação ou abandono pode apresentar-se de várias formas, nomeadamente, na questão financeira, consistindo em negar dinheiro ao parceiro para suprimento das necessidades básicas e, é frequente neste tipo de violência, a submissão da vítima a ações indesejadas para obtenção de benefícios financeiros, assim como a destruição de objetos, instrumentos de trabalho ou documentos pessoais da vítima (Straus et al., 1996).

Ainda, Johnson distingue quatro tipos na VPI: terrorismo íntimo, resistência violenta, controlo violento mútuo e violência comum de casal (Johnson, 2005, 2006). O autor entende por *terrorismo íntimo* a violência exercida no sentido de controlar o outro, habitualmente relacionado com as atitudes face ao género e representando uma das tipologias mais violentas. O terrorismo íntimo tem sido descrito por outros autores como apresentando um padrão de perpetração unilateral, cometido pelo homem contra a mulher de forma predominante (Hines & Douglas, 2012). O termo *resistência violenta* aplica-se aquando de uma reação imediata a uma agressão com intenção da vítima se proteger (Johnson, 2005, 2006). Aparentemente, a definição aponta para a noção de autodefesa, mas a tipologia é descrita por Kelly e Johnson como a violência que, quer o homem, quer a mulher na tentativa de cessar a violência ou virá-la a seu favor, exerce com o parceiro (Kelly & Johnson, 2008). O *controlo violento* mútuo reflete a existência de comportamentos controladores e violentos por ambos os parceiros (Johnson, 2005, 2006). Outros autores referem-se a este tipo como violência situacional do casal, alegando ser referente a um baixo nível de violência naturalmente recíproca e pouco frequente (Friend, Bradley, Thatcher, & Gottman, 2011). O quarto tipo, *violência comum* de casal, emerge da escalada de conflito entre um casal e caracteriza-se por não ser exercida com o objetivo de controlar o outro (Johnson, 2005, 2006).

Para além dos quatro tipos referidos, foi ainda sugerido um outro, denominado de *violência ativada pela separação*, que aparece no contexto de separação dos parceiros íntimos e que se caracteriza pela não existência de historial de violência, ocorrendo somente, escassos episódios em função da circunstância de separação, pelo que o parceiro abandonado, apresenta maior probabilidade de ser o perpetrador (Kelly & Johnson, 2008).

Adicionalmente, um outro tipo de VPI tem vindo a ganhar destaque entre os autores, o *stalking*. O *stalking* tem sido descrito como um padrão de comportamentos de assédio persistente, podendo ser concretizado através de diferentes tipos de comunicação, como entrar em contato, perseguir ou monitorizar uma pessoa (Ferreira & Matos, 2013) resultando em medo e ameaça para quem não deseja o comportamento, podendo resultar em violência severa (Norris, Huss, & Palarea, 2011).

2.2.2 - Conceitos de Género e Poder na Violência entre Parceiros Íntimos

A noção de género emergiu nos anos 70, a par do crescimento da relevância atribuída ao determinismo biológico das diferenças entre sexo físico e psicológico (Nogueira, 2001). O conceito traduz a complexidade da construção social. O género é visto como interdependente de um conjunto de significados que se organizam e exercem efeito sobre as práticas sociais, levando a que existam expectativas e condutas esperadas para cada sexo (Dias & Machado, 2008). O conceito género não é visto como um atributo dos sujeitos mas, como um sistema de significados, remetendo para um processo que cria diferenças sexuais e para a forma como se equaciona o poder (Nogueira, 2001).

Para Nogueira (2001), o conceito de género pode ser compreendido em três níveis distintos: o social, o interpessoal e o individual. Ao nível social, o género prende-se com as relações de poder e com a cultura vigente nas sociedades, nas quais, o homem detém mais poder e controlo sob as leis e o poder público. O nível social exerce influência no nível interpessoal, na medida em que as diferenças entre homens e mulheres instituídas na sociedade levam os indivíduos a assumirem os traços e comportamentos considerados normativos para cada sexo. Perante comportamentos semelhantes, homens e mulheres são interpretados de forma diferente no âmbito das interações sociais (Crawford, 1995). O nível individual salienta a dicotomia associada ao género, na qual uma pessoa é tida como masculino ou feminino, o que leva à tipificação de papéis normativos (Crawford, 1995) e que, consequentemente, resulta numa assimetria de género que, por um lado, vê a mulher como fraca e vulnerável ao nível social e sexual e, por outro lado, o homem como dominante (Dias & Machado, 2008).

Apesar da questão da VPI ter vindo a ganhar visibilidade, predominam ainda atitudes sexistas quanto às questões de género na sociedade, nomeadamente quanto aos tradicionais papéis do homem e da mulher, fato que pode contribuir para uma maior probabilidade de agressão (Casique & Furegato, 2006; Martins, Machado, Abrunhosa, & Manita, 2012). Johnson argumenta

que os valores que sustentam as culturas patriarcais promovem a predominância da violência masculina (Johnson, 1995), o que vai ao encontro da ideologia feminista que alega que a violência vem da desigualdade de poder entre os parceiros íntimos, forçando a mulher a uma condição de submissão (Ali & Naylor, 2013). No entanto, há autores que defendem a hipótese de que as atitudes sexistas podem estar relacionadas tanto com o próprio, como com o parceiro (Karakurt & Cumbie, 2012).

No campo da VPI têm vindo a emergir estudos que revelam que os homens também são vítimas. Perspetiva esta, que só recentemente começou a ser alvo de atenção. Em 2012, uma revisão da literatura compreendida entre 2000 e 2010, apontou que um em cada cinco homens são vítimas de violência íntima (Desmarais, Reeves, Nicholls, Telford, & Fiebert, 2012). Em 2015, um estudo em seis países europeus, entre os quais Portugal, apurou a prevalência da VPI na Europa, cujas conclusões indicaram que homens e mulheres apresentam prevalências idênticas para a vitimização e perpetração da violência, com exceção da coerção sexual, que maioritariamente é perpetrada por homens (Costa et al., 2015).

Relativamente ao conceito de poder, a investigação tem sugerido que a violência no seio dos relacionamentos resulta de um desequilíbrio de poder entre a vítima e o perpetrador. Estudos têm demonstrado que a discrepância de poder entre homens e mulheres pode estar relacionada com uma prevalência superior da violência contra a mulher (Raewyn W. Connell, 2003; Germain, 2001). Neste sentido, em 1976, Emerson definiu a teoria da troca social que considerava o poder como o ponto de resistência de alguém, que pode ser superado por outra pessoa, ou seja, a teoria argumenta que aquele que tem mais poder dentro do relacionamento possui maior poder de decisão e pode agir contra o desejo do seu parceiro, adquirindo controlo sobre as suas ações (Emerson, 1976). Também Connell, em 1987, com a teoria do género e do poder, argumentou haver um desequilíbrio de género a nível social e interpessoal. A teoria refere-se aos homens como detentores de mais poder na sociedade e, por conseguinte, maior poder e capacidade de decisão nos relacionamentos íntimos. Alega, ainda, que a violência pode ser usada pelos homens como uma forma de preservação deste desequilíbrio de poder (R. W. Connell, 1987). Germain (2001), na mesma linha, refere que o desejo do perpetrador pelo poder e controlo sobre o parceiro pode resultar em violência (Germain, 2001).

2.2.3 - Modelos Explicativos da Violência entre Parceiros Íntimos

São vários os modelos usados para a explicação da ocorrência de VPI. O ciclo vicioso da violência entre parceiros íntimos, proposto por Walker (2009), defende a ocorrência de três fases suscetíveis de ser perpetuadas num ciclo vicioso. A primeira fase, caracteriza-se por um aumento gradual de tensão em que existe o esforço do parceiro para gerir comportamentos gradativamente mais controladores e emocionalmente abusivos, porém, inoperantes. A segunda fase refere-se à ocorrência de comportamentos violentos através de agressão física ou verbal. Por fim, a terceira fase, também designada por “lua-de-mel”, indica o reconhecimento por

parte do agressor de que agiu mal, demonstrando arrependimento e alimentando a esperança de que tudo vai mudar. É frequente, nesta fase, que o agressor adote comportamentos amáveis, levando a que a vítima não saia da relação até que seja percebida uma situação de perigo extremo (Walker, 2009).

Um dos modelos que tem sido amplamente empregue na compreensão da VPI é o modelo ecológico de Bronfenbrenner (Ali & Naylor, 2013; Heise, 1998; Krug et al., 2002) o qual defende que o comportamento é modelado pelas interações dos indivíduos com o meio social e com os vários níveis de organização social. Este modelo permite a compreensão dos fatores que influenciam o comportamento do indivíduo, como perpetrador ou vítima. Para tal, serve-se de quatro níveis na tentativa de explicar o comportamento violento. O primeiro (microsistema) diz respeito aos fatores individuais do sujeito, como os condicionantes biológicos e pessoais: idade, sexo, educação, rendimentos, problemas psicológicos, interação familiar, tendências agressivas ou abuso de substâncias. O segundo nível (mesossistema) reflete as relações do indivíduo com a família, o parceiro íntimo e os amigos, contribuindo estas para a explicação da perpetração ou aceitação da violência. O terceiro nível (exossistema) atenta sobre o papel da comunidade, observando onde a pessoa vive, como desenvolve e interage nas suas relações com colegas de trabalho, como reage ao stress laboral, permitindo clarificar o que pode levar ao aumento do risco de estar envolvido numa situação violenta, como vítima ou agressor. O quarto e último nível (macrossistema) centra-se nas estruturas, na cultura e no sistema social onde o indivíduo está inserido. Para uma completa compreensão da VPI, o modelo ecológico de Bronfenbrenner propõe que todos os níveis e fatores sejam considerados em simultâneo aquando da análise (Ali & Naylor, 2013).

Provavelmente, os modelos mais conhecidos para compreensão da VPI são o modelo feminista e o modelo de poder e controlo (Dutton & Nicholls, 2005). Estes modelos baseiam-se em fatores contextuais e ambientais na explicação da ocorrência da VPI. Para Dutton e Nicholls (2005), o modelo feminista argumenta que são as diferenças de género que influenciam diretamente a VPI e defende que a sociedade submete as mulheres a uma posição de passividade e subordinação. Os autores referem ainda que o modelo realça o papel da sociedade, onde as diferenças de género predominam, assim como, as crenças e atitudes que fomentam a desigualdade. Contudo, este modelo tem sido criticado pela crença de que o homem é mais forte e dominante, uma vez que esta permite que se desenvolvam atitudes mais desfavoráveis em relação à VPI quando esta é perpetrada por homens (Archer, 2000; Dutton & Nicholls, 2005). Alguns autores apresentam também críticas no sentido dos modelos feministas apresentarem incapacidade de identificar outros fatores relevantes na prevalência (Dutton & Nicholls, 2005). Por sua vez, o modelo de controlo e poder da VPI ressalva questões relacionadas com a relação do casal, nomeadamente a relação de poder que o casal assume. As diferenças de poder entre o casal podem estar na origem da ocorrência de VPI, que poderá advir da percepção de poder ou da sua ausência (Woodin & O'Leary, 2009). As relações de poder percebidas têm impacto

também ao nível social, não nível socioeconómico, nas diferenças étnicas, integrando a dimensão patriarcal da sociedade (Jewkes, 2002). As críticas que mais se destacam neste modelo prendem-se com a escassez de suporte empírico e pela tendência das meta-análises em indicarem que estes fatores têm menos pertinência na compreensão da VPI que os fatores derivados do comportamento individual (Stith, Smith, Penn, Ward, & Tritt, 2004).

2.2.4 - Fatores de Risco da Perpetração de Violência por Parceiro Íntimo

A OMS (Organização Mundial da Saúde, 2012) esclarece acerca de alguns fatores que contribuem para o aumento do risco da perpetração de VPI. São eles: o baixo rendimento económico, a idade jovem, as diferenças de género, o insucesso académico, o envolvimento em comportamentos agressivos e delinquentes na adolescência, a história de violência familiar, fatores culturais e características personalísticas. Em acréscimo, também o consumo de álcool tem sido fortemente associado à VPI, muito embora seja debatido na literatura se o consumo é a causa da violência ou se é usado como desculpa para o comportamento violento.

Outros autores têm apontado como fatores de risco a crença de que a violência no namoro é aceitável; depressão, ansiedade e outros sintomas de trauma; o uso de substâncias; atividade sexual precoce; múltiplos parceiros sexuais; ter um amigo envolvido na violência no namoro (Centers for Disease Control and Prevention, 2016); isolamento; falta de competência na resolução de problemas (Nascimento, 2009). Relações positivas entre psicopatologia e o aumento do risco de VPI também têm sido encontradas (Mignone et al., 2009; Parrott, Drobos, Saladin, Coffey, & Dansky, 2003). A ocorrência de VPI pode suceder-se no casamento, em relações casuais ou duradouras, ou mesmo entre ex-companheiros após o término da relação (Stevens, Korchmaros, & Miller, 2010).

2.2.5 - Prevalência da Perpetração de Violência entre Parceiros Íntimos

A investigação científica sobre a violência entre parceiros íntimos foi inicialmente conduzida com casais casados e posteriormente, nos anos 80, alargada a outros contextos, como os casais heterossexuais em coabitação, parceiros homossexuais e relações de namoro. Tal possibilitou que a literatura reconhecesse que a VPI não se limita à perpetração da violência do homem sobre a mulher, mas que o homem também pode ser visto como vítima (Machado & Matos, 2012, 2014) e, também, em contextos relacionais que não o casamento.

A prevalência da VPI varia em função das diferentes regiões demográficas. Como descrito em Garcia-Moreno, Jansen, Ellsberg, Heise e Watts (2006), a OMS conduziu um estudo, em 2006, que demonstrou precisamente essa variabilidade em 10 países. Encontraram-se valores de prevalência de VPI, em termos de violência física, que oscilaram entre 12,9% no Japão e 61% no Peru. Em termos de violência sexual, foram encontrados valores desde 6,2% no Japão a 58,6 na Etiópia. No âmbito dos comportamentos controladores, foram encontrados valores entre 21% no Japão e 90% na República da Tanzânia. Estes comportamentos violentos foram perpetrados

por parceiros íntimos contra mulheres (Garcia-Moreno, Jansen, Ellsberg, Heise, & Watts, 2006). Relativamente aos Estados Unidos da América, a VPI física atinge prevalências de 11,6% (Waller et al., 2013). Nas Filipinas foram encontrados resultados de 26% para a prevalência da VPI física, e de 22% para a sexual (Hansara & Hindin, 2009). O Paquistão apresenta predomínios de 57,6% de VPI física, 54,5% de VPI sexual e 83,6% na extensão psicológica da VPI (Ali, Mogren, & Krantz, 2013). Também na Índia, os estudos apresentam frequências da prática de VPI física de 16%, VPI psicológica de 52% e de 25% de VPI sexual (Babu & Kar, 2010).

Uma parte crescente da investigação nacional acerca da VPI assenta nas relações de namoro e tem estudantes universitários como constituintes da amostra. Tais fatos ganham sentido perante as evidências da VPI, no início da idade adulta, possuir valores significativamente mais altos, entre 25% e 45%, do que a prevalência entre casais casados, que varia entre 10% e 15%. Foram encontradas evidências de que a existência de VPI numa relação de namoro tende a transitar para a relação no seio do casamento (Duarte & Lima, 2006). No geral, a VPI é desaprovada pelos jovens independentemente do seu papel, vítima, não vítima, agressor ou não agressor (Machado, Caridade, & Martins, 2010). No entanto, alguns autores referem que tal, colide com a anuência de certas formas e situações de VPI por cerca de 25% a 35% dos jovens que a percecionam como uma demonstração de amor (Glass et al., 2003).

Um estudo de Paiva e Figueiredo (2004) com estudantes universitários portugueses encontrou valores de prevalência de abuso psicológico de 53,8%, de coerção sexual 18,9% e de abuso físico menor de 16,7%. Neste estudo a perpetração foi frequente em ambos os parceiros íntimos e não apenas por um. Machado, Caridade e Martins (2010) numa amostra nacional, encontraram que 25,4% dos participantes relatavam no mínimo um ato de abuso por parceiro íntimo, dos quais 13,4% se deviam a abuso físico, 19,5% a abuso emocional. No mesmo estudo, verificou-se também que 30,6% dos participantes assinalaram terem sido abusadores de um parceiro, sendo que 18,1% disse ter praticado pelo menos um ato de abuso físico e 22,4% um ato de abuso emocional.

Em 2015, as Forças de Segurança portuguesas registaram 26815 participações de violência doméstica, (11544 pela GNR, 43,1% - 15271 pela PSP, 56,9%); correspondendo, em média, a 2235 participações por mês, 73 por dia e 3 por hora. Do número apresentado, 85% das vítimas são do sexo feminino, 25% do masculino. Ao nível do relacionamento da vítima com o agressor, as relações conjugais atuais representaram 57%, as passadas 21% e, 9% correspondiam a relações de namoro. Os restantes 13% das vítimas foram referentes a relações de descendência/ascendência. Por outro lado, o agressor denunciado foi em 87% das vezes identificado como sendo do sexo masculino. A violência de tipo físico esteve presente em 68% das situações, a psicológica em 82%, a sexual em 3%, a económica em 9% e a social em 15%. Cerca de 1% das situações resultaram em ferimentos graves para a vítima, 42% em “ferimentos ligeiros” e, 57,5% foram registados com ausência de lesões (SGMAI, 2016). Os dados de 2016

ainda não se encontram disponíveis mas, segundo balanço do primeiro trimestre de 2016 face a 2015, os dados apontam um aumento de 1% nas participações às forças de segurança (SGMAI, 2016).

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), no seu relatório anual de 2016, dá conta do número de casos apoiados face a violência em relacionamentos heterossexuais e em relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. Durante 2016, foram respondidas a 297 vítimas homens e 3670 vítimas mulheres em relacionamento heterossexual e, 22 vítimas homens assim como 43 vítimas mulheres em relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. Em todos estes casos, as vítimas tiveram ou mantinham um relacionamento amoroso com o autor do crime. Porém, na sua totalidade o relatório explana números ainda mais alarmantes. A APAV relata um registo de 21315 crimes e outras formas de violência, dos quais 16461 (77,2%) dizem respeito a violência doméstica. Tal inclui, segundo a APAV, crimes como: os maus tratos físicos e psíquicos, ameaça/coação, injúrias/difamação e crimes de natureza sexual (APAV, 2017).

A União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) realizou, em 2016, um estudo com 5500 jovens, com idade média de 15 anos sobre a violência no namoro. O estudo considerou a legitimação dos atos violentos e a prevalência da vitimização nas relações de namoro e contemplou a seguinte tipologia: Violência Psicológica, Controlo, Violência nas Redes Sociais, a Violência Sexual, Perseguição e a Violência Física. Os resultados encontrados indicam que os jovens em maior ou menor grau legitimam comportamentos de violência (Violência Psicológica: 14%; Controlo: 28%; Violência nas Redes Sociais: 24%; Violência Sexual: 24%; Perseguição: 25%; Violência Física: 6%), não os reconhecendo como tal, aceitando-os em situações de namoro. E, por outro lado, os jovens que namoram ou já namoraram revelam experiências de comportamentos de violência (Violência Psicológica: 19%; Controlo: 10%; Violência nas Redes Sociais: 11%; Violência Sexual: 6%; Perseguição: 15%; Violência Física: 6%). Verificou-se ainda que a naturalização da violência no namoro é maior nos rapazes (27%) do que nas raparigas (16%) (UMAR, 2017).

A salientar que, na literatura, a violência psicológica tem sido frequentemente referida como a mais prevalente, a par dos comportamentos controladores, e são consideradas as formas de VPI mais difíceis de identificar (Feiring, Deblinger, Hoch-Espada, & Haworth, 2002; Norris et al., 2011; Scott & Straus, 2007). Contudo, em estudantes universitários a violência sexual e física têm sido mencionadas como as mais reportadas (Bergman, 1992). Em consonância, Frazier e Seals (1997) encontraram, num estudo em contexto universitário, que 21% das mulheres eram vítimas de violação, sendo que a perpetração era cometida na sua grande maioria (86%) por conhecidos ou namorados.

2.2.6 - Resolução de Conflitos na Violência entre Parceiros Íntimos

No decorrer de qualquer relacionamento íntimo, mesmo aqueles considerados como saudáveis e felizes pelos parceiros, a determinado momento é expectável que surjam conflitos (Bolze, Schmidt, Crepaldi, & Vieira, 2013). O conflito é um fenómeno desafiante em quaisquer relações humanas, adquirindo particular interesse e atenção quando se trata de relações românticas (Cupach, 2000).

O conflito entre parceiros íntimos pode envolver divergências de simples resolução ou, outras mais complexas, às quais os membros na tentativa de dar solução respondem reiteradamente com ameaças, comportamentos hostis e agressões. O conflito em si caracteriza-se pela disputa, discordância ou expressão contrária de emoções face a assuntos do quotidiano entre os parceiros (Cummings, Goeke-Morey, & Papp, 2016). Trata-se de uma incompatibilidade de objetivos ou valores entre os parceiros e da tentativa de controlo (Fisher, 1990). Contrariamente, a inexistência de conflito pode denotar a escassez de interações significativas, o que revela que o conflito não tende necessariamente a ser negativo. A forma de lidar com o conflito pelos parceiros, é que diferencia se este é mais ou menos adaptativo no contexto da relação (Deutsch & Coleman, 2000). A perturbação causada na relação pelo conflito pode, eventualmente, precipitar a fragmentação da mesma, podendo contudo do mesmo modo, levar ao reforço dos laços afetivos, nomeadamente através da redefinição de papéis e fortalecimento da comunicação (Tuval-Mashiach & Shulman, 2006).

O conflito pode estar relacionado com a insatisfação na relação, em maior ou menor grau (Symoens, Colman, & Bracke, 2014), caracterizando-se mediante o nível de intensidade a frequência, bem como, o seu conteúdo e forma de resolução (Davies & Cummings, 1994). Em paralelo, podemos ainda agrupá-los em duas categorias: os que podem ser resolvidos e os que são permanentes (Gottman & Silver, 2015). As táticas de resolução de conflitos requerem duas características elementares para que o conflito possa ser resolvido. Primariamente, é necessário uma clara definição do problema, sobre o qual se pretende construir a solução e, posteriormente, o desejo mútuo de investir na solução e na relação (Leggett, Roberts-Pittman, Byczek, & Morse, 2012).

A investigação tem ressaltado as principais questões discutidas no quotidiano dos casais. Entre elas questões relativas aos filhos, tarefas domésticas, responsabilidades familiares, problemas de comunicação e decisões face a atividades de lazer (Papp, Cummings, & Goeke-Morey, 2009), amigos, familiares, comunicação e/ou sexo e intimidade (Dennison, Koerner, & Segrin, 2014). Também, têm sido apontados motivos relacionados com as características personalísticas e sociodemográficas, assim como, ciúmes, relações extraconjugais e o abuso de álcool (Bolze et al., 2013; Schmidt, Bolze, Vieira, & Crepaldi, 2015).

A inevitabilidade do surgimento de conflitos conjugais reforça a importância da forma de lidar com os mesmos e de os solucionar. Os conflitos podem ser classificados como construtivos ou destrutivos face às repercussões que transportam para os membros do relacionamento (Cummings & Davies, 2002). Por um lado, uma interação construtiva, modela-se por táticas de resolução de conflitos que levam a progressos direcionados para a solução do problema e para a compreensão da sua resolução, tal como, para percepções positivas sobre conflitos ainda não resolvidos. Estas devem comportar, ainda, comprometimento, suporte emocional, afeto físico e verbal, pedido de desculpas e o uso de humor na resolução dos conflitos (Cummings & Davies, 2002). Trata-se, de uma interação determinada por comportamentos que expressam compromisso, negociação, cooperação e proatividade na resolução do conflito (Paleari, Regalia, & Fincham, 2010; Whitton et al., 2008). Num conflito construtivo a comunicação tende a ser aberta e direta considerando os interesses de ambos os membros da relação. Uma outra característica é a aptidão para identificar e reconhecer as necessidades do parceiro e a capacidade de negociar diferenças (Diniz, 2011; McCoy, Cummings, & Davies, 2009).

De forma antagónica, uma interação destrutiva nos conflitos caracteriza-se pelo uso de táticas que envolvem violência, agressão, hostilidade verbal e não-verbal, saída repentina do cenário de conflito sem a sua resolução, ameaças ao relacionamento e/ou, quando se verifica, relacionadas com os filhos (Cummings & Davies, 2002). Estão presentes também táticas alicerçadas no evitamento do conflito e na manipulação e coerção (Carolina, Barral, Boas, & Dessen, 2010; Paleari et al., 2010). A prevalência destas estratégias conduz ao aumento de stresse e insatisfação com a relação (Paleari et al., 2010). Supletivamente, a presença de uma interação destrutiva na resolução de conflitos entre parceiros íntimos põe em risco a saúde física e mental dos membros da relação (Mosmann & Falcke, 2011).

3 - *Empowerment*, Violência entre Parceiros Íntimos e Perpetração

Segundo alguns autores, o *empowerment* é concebido como a chave para uma nova redistribuição de poder (Hanada et al., 2010; León, 2000). Esta perspetiva pressupõe que as vítimas não o são por opção e que se forem fornecidos apoios adequados, recursos e oportunidades, teriam como possibilidade de escolha uma vida livre de violência (Busch & Valentine, 2000).

O *empowerment* de género tem estado associado à VPI, tradicionalmente visto como uma força pessoal, latente e multidimensional que, quando posta em prática, proporciona autonomia, poder, estatuto e responsividade (Kasturirangan, 2008). Tal, expressa-se num processo de aquisição de controlo sobre a vida, habilidades e liberdade para decisões estratégicas, assim

como, de controlo de recursos e poder para atingir metas (Castro, Casique, & Brindis, 2008; Hindin & Adair, 2002).

Kabeer (2005) esclarece que o *empowerment* têm vindo a ser frequentemente relacionado com o conceito de responsividade (*agency*), que remete para a capacidade de agir do sujeito, isto é, de exercer e implementar as suas escolhas, mesmo em circunstâncias de oposição, perante as quais seja necessário um certo desafio às relações de poder existentes. Ainda, segundo o autor, o acesso e controlo de recursos torna-se facilitador da responsividade do indivíduo (Kabeer, 2005). No entanto, é indispensável a ponderação do contexto na sua dimensão mais ampla e a análise além do nível individual, atendendo à multidimensionalidade do processo de *empowerment*, que se desenrola em contexto social e na relação com outros (Mahmud, Shah, & Becker, 2012). O *empowerment* é caracterizado como uma atitude positiva orientada para a autoeficácia, para o domínio do meio ambiente e para a possibilidade e capacidade de influenciar o mundo externo, sendo facilitador da tomada de ações individuais ou coletivas de combate à opressão e discriminação (Adams, 2003; Chadiha, Adams, Biegel, Auslander, & Gutierrez, 2004; Mears, 2002). Tal, permite às vítimas de VPI, capacidade de ação para se tornarem agentes de mudança e obter resultados.

O Manual Alcipe (APAV, 1990) para o atendimento de mulheres vítimas de violência, fruto de um projeto liderado pela APAV e cofinanciado pela Comissão Europeia no âmbito do Programa DAPHNE (Combate à Violência exercida contra as crianças, os jovens e as mulheres) aponta como objetivo primordial da intervenção em crise com mulheres vítimas de VPI a promoção do *empowerment*. Em concreto, o manual avança a promoção do *empowerment* na intervenção com mulheres vítimas de VPI, como forma de ajudá-las a otimizar as potencialidades que têm e que, por força das circunstâncias, estão depreciadas. O programa enfatiza a ideia de que é com este princípio que qualquer profissional se deve dirigir à vítima, convicto que ela desempenhará o papel principal na resolução do problema, independentemente da participação de terceiros. Uma das orientações deixadas aos profissionais é ajudar a vítima a encontrar as potencialidades de resolução, reforçando as suas capacidades e poder de decisão (APAV, 1990). Da mesma forma, o manual SARAR (Redondo, Pimentel, & Correia, 2012) fruto de um projeto de intervenção em rede, dirigido à problemática da violência familiar entre parceiros íntimos, destaca como recomendações técnicas, a promoção do *empowerment*, caracterizando-o como o compromisso com a autonomia dos clientes (vítimas), a sua autodeterminação, a sua liberdade pessoal e o acesso ao poder e aos recursos (Redondo et al., 2012).

Similarmente, a Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV) avançou uma lista de conceitos operacionais entre os quais se salienta o *empowerment*, definindo-o como o processo através do qual os indivíduos, as organizações e as comunidades adquirem o controlo sobre as suas vidas, implicando o desenvolvimento da sua consciência crítica, a promoção da participação nos processos de tomada de decisão e o acesso a recursos incluindo o acesso a

informação. O *empowerment* é evidenciado como um princípio de intervenção, imprescindível para promover o fortalecimento individual dos sobreviventes/vítimas de violência, identificar as suas necessidades, reforçar a tomada de decisões de forma informada; reforçar a capacidade para avaliar as próprias necessidades e a confiança em si mesmas; promover recursos que contribuam para o desenvolvimento de competências individuais, facilitadoras de maior autonomia e que propiciem a participação ativa na comunidade. Sumariamente, a AMCV evidencia o *empowerment* como um princípio chave na intervenção, quer em situação de crise, quer com os sobreviventes de situações de VPI, mantendo a tónica na promoção de acesso a recursos, desenvolvimento de competências pessoais e participação ativa na comunidade (AMCV, 2013).

Em 2013, foi realizada uma revisão sistemática sobre os efeitos do *empowerment* em grupos de autoajuda do sexo feminino, recorrendo a estudos realizados entre 1980 e 2012. Os autores consideraram que o *empowerment* ganhou destaque na literatura nas últimas duas décadas, particularmente, a partir da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, em 1994, no Cairo e da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, em 1995, existindo um crescendo de trabalho empírico e conceitual na tentativa de obter uma compreensão mais aprofundada acerca do funcionamento do *empowerment*. Os tipos de grupos de apoio encontrados pelos autores são transversais a muitas disciplinas (economia, advocacia, sociologia, educação, saúde) e vão desde a capacitação individual à coletiva. No entanto, foram encontrados seis domínios nos quais a frequência do *empowerment* individual se faz saliente: económico, sociocultural, familiar/interpessoal, legal, político e psicológico. A referir que, assume particular relevância no âmbito do presente trabalho, ponderar no domínio psicológico. As medidas de *empowerment* encontradas pelos autores neste domínio visavam a autonomia, autoeficácia, autodefesa, controlo percebido sobre a vida, desenvolvimento e bem-estar, felicidade, stress e a depressão. Os autores consideram *empowerment* psicológico como a habilidade de encontrar o poder dentro de si mesmo, para fazer escolhas e agir sobre elas, fazendo uso da sua autoeficácia, sentimentos de autonomia, autoestima e autoconfiança (Brody, Dunbar, Dworkin, Murthy, & Pascoe, 2013).

Contudo, existe uma outra realidade na VPI. Como refere Ribeiro (2016) um “*lado B*” muitas vezes remetido para segundo plano na literatura, a realidade do perpetrador. Ainda assim, segundo, Fernández-Montalvo e Echeburúa, (2008) têm vindo a surgir investigações perante a necessidade de conhecer o perfil dos perpetradores para a elaboração de planos preventivos e de intervenção apropriados. Os autores relatam ainda que a literatura conhecida demonstra uma grande heterogeneidade de fatores e características nos sujeitos que perpetram violência sobre os seus parceiros (Fernández-Montalvo & Echeburúa, 2008).

Sinclair (1985), na sua obra “*Understanding Wife Assault - A Training Manual for Counsellors and Advocates*”, esclarece alguns destes fatores e características que contribuem para a

perpetração da violência íntima, são eles: a) Condições sociais e crenças que estimulam a violência, nomeadamente, grande tolerância social face a este fenómeno, baseada no “não interferir”; a ideia de direitos históricos advindos de uma sociedade dominada pelo homem, assim como, a continuidade de uma hierarquia liderada por este ao nível social e familiar; as crenças e os valores embutidos em homens nascidos nestes sistemas sociais, promotores de superioridade masculina através de poder físico e dominância, validando o uso da força física e intimidação como um método de resolução de problemas; b) Resposta da comunidade que ajudam a perpetuar a violência, em particular, a escassez de recursos que o perpetrador enfrenta, no que concerne a programas que ajudem a mudar o seu comportamento; profissionais com atitude facilitadora de mudança de comportamento; não raras as vezes a sua família e amigos que desculpam o seu comportamento, fomentando assim a sua continuação; a procrastinação verificada na sociedade e nas instituições no que concerne a encarar com seriedade os comportamentos violentos; c) Características psicológicas dos perpetradores, especialmente, a negação como defesa dado que a maioria dos perpetradores tende a negar a existência de um problema e a relativizar os comportamentos de violência esquivando-se do seu problema e das consequências do mesmo; a culpa externalizada, uma vez que a maioria dos infratores não assume a responsabilidade dos seus atos, acreditando terem sido levados a isso por forças externas além de seu controlo; medo de dependência, pois a maioria dos perpetradores têm receio de perder o seu companheiro por dependerem dele para satisfazer as suas necessidades emocionais; a internalização do papel masculino baseado tradicionalmente na construção de que o homem não deve mostrar emoção, deve ser forte, controlador, agressivo e bem-sucedido, legitimando o uso de força para seguir seu próprio caminho; a maioria das emoções são expressas como raiva, sob o disfarce de “viril comportamento”, sendo incapaz de articular e gerir uma série de sentimentos; o isolamento, que tende a ser autoimposto devido ao perpetrador desconfiar do seu ambiente e das pessoas presentes nele, podendo apresentar muitas amizades mas de natureza superficial, sendo que a sua única relação mais profunda é a vítima; problemas de controlo de impulsos, agindo tão impulsivamente que a ponderação de consequências é inexistente, perante situações comuns a violência pode assumir-se o meio de afastar a ansiedade ou de recuperar o controlo da situação; controlo excessivo e rígido, por oposição ao fraco controlo de impulsos, alguns perpetradores planejam e decidem antecipadamente os seus comportamentos violentos, com o objetivo de induzir medo e controlar os comportamentos da vítima; histórico infantil de violência, uma vez que muitos dos atuais perpetradores foi vítima na sua família de origem, assimilando a violência como estratégia para a resolução de conflitos; a baixa autoestima, sendo que, muitas vezes, o perpetrador é incapaz de cuidar de si próprio e sente-se impotente no seu quotidiano, usando a violência como a tentativa desesperada de reaver o controlo, conseguindo alguma satisfação imediata, contudo, a longo prazo a sua autoestima diminui a cada novo episódio de violência, sendo frequentemente identificados, sentimentos de remorso e culpa (Sinclair, 1985).

As características do perpetrador revelam a combinação de um histórico de reações inadequadas ao stresse, abuso prévio ou incapacidade psicológica de se relacionar (Cortez, Padovani, & Williams, 2005). Autores como Faulkner, Stoltenberg, Cogen, Nolder, e Shooter (1992) encontram fatores stressores que, quando associados a algumas das características mencionadas por Sinclair (1985), promovem a perpetração da violência, entre eles: dificuldades financeiras, desemprego, conflitos intrafamiliares ou com a lei (Faulkner, Stoltenberg, Cogen, Nolder, & Shooter, 1992).

A OMS (2002) também avança fatores e características do perpetrador que podem propiciar comportamentos violentos, ressaltando que mesmo havendo um consenso quanto a uma interação de fatores pessoais, situacionais, sociais e culturais que se combinam para a perpetração, ainda é escassa a informação sobre quais os fatores mais importantes. Neste sentido, a OMS destaca: a) Fatores individuais: ser jovem; delinquência na juventude; baixos rendimentos económicos; baixo rendimento académico; história pessoal de violência na família de origem; consumo de álcool; distúrbios de personalidade, dependência emocional e baixa autoestima; dificuldade no controlo de impulsos; maior expressão de raiva e hostilidade; depressão; isolamento social; b) Fatores de relacionamento: a existência de conflito e discórdia no relacionamento íntimo e/ou nos relacionamentos interpessoais; c) Fatores comunitários: resposta da comunidade à violência íntima; índice de outros crimes na comunidade; normas comunitárias quanto à família; normas comunitárias quanto à autoridade do homem; d) Fatores sociais: sociedades onde os homens têm maior poder económico e de decisão no lar; escassez de fontes de apoio social; independência económica; cenários de guerra ou de conflitos ou rebeliões sociais; desigualdades estruturais entre homens e mulheres; tradicionais papéis de género; noções de virilidade ligadas ao domínio e à honra masculina (World Health Organization, 2002).

Também Caldeira (2012), na sua investigação cujo propósito pretendia caracterizar um grupo de agressores conjugais através da análise dos seus sintomas psicopatológicos e indicadores sociodemográficos e que contou com uma amostra de 30 sujeitos do sexo masculino, sinalizados por cumprirem pena por crime de violência doméstica contra o parceiro, obteve resultados que apontam para que os perpetradores sejam classificados como indivíduos desconfiados, hostis, com uma grande necessidade de controlo e um grande medo de perda da autonomia e, ainda, como sujeitos que fazem uso de um pensamento projetivo, de um centralismo autorreferencial e ideação delirante, manifestando crenças de grandiosidade, hipersensibilidade à crítica e com traços obsessivos, que denotam a adoção de comportamentos característicos de episódios de violência física, emocional e psicológica. O mesmo autor identificou também, uma associação positiva entre a hostilidade e a violência emocional e psicológica (Caldeira, 2012).

A relação entre algumas das características anteriormente mencionadas tem vindo a ser explorada na literatura. Recentemente, Pimentel, Moura e Paiva (2017), procuraram verificar

a relação da violência conjugal com a autoestima, a satisfação com a vida e a personalidade. Num estudo com 305 respondentes da população geral, a maioria do sexo feminino (63%), encontraram uma correlação negativa entre fatores de legitimação da violência e autoestima, assim como com os fatores de personalidade e concluíram que fatores pessoais predizem as crenças de legitimação da violência conjugal (Pimentel, Moura, & Paiva, 2017).

Galvão (2016) objetivou o seu estudo no sentido de explorar a relação entre a desigualdade percebida e a perpetração de violência no contexto das relações de intimidade. A mostra foi constituída por participantes com idades compreendidas entre os 18 e os 72 anos, sendo 138 sujeitos do sexo feminino (80,2%) e 34 do sexo masculino (19,8%). Os resultados obtidos sugeriram que a desigualdade e a discriminação percebidas são preditores de perpetração na relação íntima e que os recursos materiais e económicos percebidos, assim como, o estatuto social percebido, predizem a violência nas relações íntimas (Galvão, 2016).

Também Oliveira e Bressan, (2014), no campo das características biopsicológicas do perpetrador de VPI, numa pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, com homens a cumprir pena por agressão a parceiros íntimos, encontrou evidências que estes apresentavam dificuldade em perceber e lidar com as suas emoções e frustrações, bem como, baixos níveis de autoestima e uma relação entre atos de ciúme e memórias de abandono ou violência na família de origem (Oliveira & Bressan, 2014).

No âmbito das características de instabilidade emocional e competências de negociação dos perpetradores, estudos como o de Babcock, Green e Robie (2004) evidenciaram baixos níveis de estabilidade e inteligência emocional, tal como, reduzidas competências de negociação (Babcock, Green, & Robie, 2004). Por sua vez, Azevedo (2013) a partir de uma amostra de 59 perpetradores de violência íntima, encontrou como características psicológicas mais frequentes, déficits de assertividade, instabilidade emocional, impulsividade, ansiedade generalizada, relações intensas e instáveis, medo de abandono pela vítima e raiva e hostilidade (Azevedo, 2013).

Ressalta-se que poucos foram os estudos que examinaram a perceção de *empowerment* e a gestão de conflitos (Pines et al., 2012) e, por tal, não foi possível identificar literatura que estudasse a perceção de *empowerment* e a escolha de táticas de resolução de conflitos na âmbito da VPI. Ainda assim, estudos como o de Pines, Rauschhuber, Norgan, Cook, Canchola, Richardson e Jones (2012) identificaram correlações significativas entre a perceção de *empowerment* e a resiliência a elementos stressores. Segundo os autores, a resiliência e o *empowerment* psicológico são traços humanos que se combinam de forma a prover o indivíduo de capacidade de resposta aos stressores. Na mesma linha, Spreitzer (1995) postula que os indivíduos com maior perceção de *empowerment* são mais resilientes. Um outro estudo, analisou a relação entre *empowerment* e a perpetração de comportamentos agressivos por

parte de clientes a prestadores de serviços, encontrando uma relação negativa entre *empowerment* e a agressão de clientes, sugerindo que a percepção de *empowerment* pode atenuar a agressão do cliente (Ben-Zur & Yagil, 2005). Também Nation, Vieno, Perkins e Santinello (2008), no seu estudo sobre a percepção de *empowerment* e *bullying* com adolescentes, encontraram evidências que os agressores têm menor percepção de *empowerment* e sugerem que os baixos níveis de percepção de *empowerment* dos agressores são compensados através da opressão dos pares (Nation, Vieno, Perkins, & Santinello, 2008).

O conceito de *empowerment* compreende poder, controlo, capacidade, competência, autoeficácia, autonomia, conhecimento, desenvolvimento, autodeterminação e intervenção na sociedade (Uner & Turan, 2010). Um melhor entendimento da percepção de *empowerment* pode capacitar os indivíduos para a escolha de estilos de gestão de conflitos adequados e a lidar com situações ou pessoas difíceis (Pines et al., 2012). Estudar a percepção de *empowerment* deste “lado B” da VPI (perspetiva do perpetrador), partindo de variáveis como a Autoestima/Autoeficácia, o Poder/Ausência de Poder; o Ativismo Comunitário e Autonomia, o Otimismo e Controlo sobre o Futuro ou o Direito à Indignação, face à perpetração de táticas de resolução de conflitos, afigura-se pertinente ao considerar a informação e os conteúdos explanados previamente. Por esse motivo, o próximo capítulo remete para o estudo empírico realizado no âmbito das temáticas/variáveis precedentes.

III - Parte Empírica

1 - Apresentação do Estudo

Este estudo é parte integrante de um projeto mais amplo, o Projeto Violência 360º - Abordagem clínica, familiar, social e comunitária da violência interpessoal em diferentes populações, que abrange outras investigações no âmbito do Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde.

Na sua particularidade, o estudo visa analisar a prevalência global e as diferenças ao nível da cronicidade anual de perpetração de táticas de resolução de conflitos entre sexos e examinar a perceção de *empowerment* (Autoestima/Auto eficácia; Poder/Ausência de Poder; Ativismo Comunitário e Autonomia; Otimismo e Controlo sobre o Futuro; Direito à Indignação) face à perpetração de táticas de resolução de conflitos (Negociação - Emocional/Cognitiva; Agressão Psicológica - Ligeira/Severa; Coerção Sexual - Ligeira/Severa; Abuso Físico Com Sequelas - Ligeiro/Severo; Abuso Físico Sem Sequelas - Ligeiro/Severo), numa população de jovens adultos, estudantes do ensino superior. Por homogeneidade da amostra, para o estudo foram selecionados unicamente os participantes portugueses, heterossexuais, em circunstância de relacionamento íntimo atual e/ou com um relacionamento íntimo passado com duração superior a um mês.

Como aferido durante a pesquisa bibliográfica realizada no âmbito da temática, a maioria dos estudos realizados no campo da VPI apresenta um enfoque na vítimação. Em consonância, também os estudos envolvendo o *empowerment* e a VPI são, na sua maioria, em função da exploração da perspectiva da vítima, não tendo sido possível encontrar estudos na perspectiva da perpetração. Confirmou-se assim, uma escassez de literatura relativamente à perpetração no geral e particularmente na sua relação com a perceção de *empowerment*. Um melhor conhecimento sobre esta perspectiva é pertinente, podendo fornecer importante informação para o combate à VPI.

Como tal, pretende-se neste trabalho, contribuir para a melhoria do conhecimento da relação entre a perceção de *empowerment* e a perpetração de táticas de resolução de conflitos nas relações íntimas, sendo apresentados os seguintes cinco objetivos específicos:

- I)- Analisar a prevalência global de perpetração de táticas de resolução de conflitos (Negociação - Emocional/Cognitiva; Agressão Psicológica - Ligeira/Severa; Coerção Sexual - Ligeira/Severa; Abuso Físico Com Sequelas - Ligeiro/Severo; Abuso Físico Sem Sequelas - Ligeiro/Severo) por sexo.

II) - Analisar as diferenças no nível de cronicidade anual de perpetração de táticas de resolução de conflito (Negociação - Emocional/Cognitiva; Agressão Psicológica - Ligeira/Severa; Coerção Sexual - Ligeira/Severa; Abuso Físico Com Sequelas - Ligeiro/Severo; Abuso Físico Sem Sequelas - Ligeiro/Severo) entre mulheres e homens.

III) - Analisar as diferenças quanto à percepção de *empowerment* (Autoestima/Auto eficácia; Poder/Ausência de Poder; Ativismo Comunitário e Autonomia; Otimismo e Controlo sobre o Futuro; Direito à Indignação) entre mulheres e homens.

IV) - Analisar a correlação entre a perpetração de táticas de resolução de conflitos (Negociação - Emocional/Cognitiva; Agressão Psicológica - Ligeira/Severa; Coerção Sexual - Ligeira/Severa; Abuso Físico Com Sequelas - Ligeiro/Severo; Abuso Físico Sem Sequelas - Ligeiro/Severo) e a percepção de *empowerment* (Autoestima/Auto eficácia; Poder/Ausência de Poder; Ativismo Comunitário e Autonomia; Otimismo e Controlo sobre o Futuro; Direito à Indignação).

V) - Estudar a influência da percepção de *empowerment* (Autoestima/Auto eficácia; Poder/Ausência de Poder; Ativismo Comunitário e Autonomia; Otimismo e Controlo sobre o Futuro; Direito à Indignação) na perpetração de táticas de resolução de conflitos (Negociação - Emocional/Cognitiva; Agressão Psicológica - Ligeira/Severa; Coerção Sexual - Ligeira/Severa; Abuso Físico Com Sequelas - Ligeiro/Severo; Abuso Físico Sem Sequelas - Ligeiro/Severo).

1.1 - População/Amostra

A recolha dos dados decorreu junto de estudantes de duas instituições nacionais de ensino superior politécnico. Para o estudo, foram selecionados os participantes de nacionalidade portuguesa com orientação heterossexual e que mantinham um relacionamento íntimo com uma duração mínima de um mês, bem como, os respondentes que já mantiveram no passado um relacionamento íntimo com duração igual ou superior a um mês.

A amostra resultou num total de 187 jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 28 anos, com uma média de idades de 20.86 anos ($DP=2.14$) (cf. Tabela 1), dos quais 47.1% dos participantes ($n=88$) são homens e 52.9% ($n=99$) são mulheres (cf. Tabela 2).

Tabela 1 - Caracterização da amostra segundo a idade

	N	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Idade (anos)	187	20.86	2.14	18	28

Tabela 2 - Caracterização da amostra segundo o sexo

		Frequência	Porcentagem
Sexo	Homem	88	47.1
	Mulher	99	52.9

Dos 187 participantes, 145 (77.5%) referem ter atualmente um relacionamento íntimo. Quanto ao tipo de relacionamento destes, 6.9% refere um relacionamento sem compromisso, 80.0% refere ser um namoro sem viverem juntos e 13.1% menciona encontrar-se num namoro a viver juntos (cf. Tabela 3). A estes participantes foi também questionado o tempo total de duração da relação, obtendo-se uma média de 33.04 ($DP=20.50$) meses, com um mínimo de um mês e uma duração máxima de aproximadamente 9 anos e 2 meses (cf. Tabela 4).

Tabela 3 - Caracterização da amostra segundo a natureza da relação

		Frequência	Porcentagem
Tipo de relacionamento	Relacionamento sem compromisso	10	6.9
	Namoro sem viverem juntos	116	80.0
	Namoro a viver juntos	19	13.1

Tabela 4 - Caracterização da amostra segundo a duração do relacionamento atual

	N	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Duração relacionamento atual (meses)	145	33.04	20.50	1	110

Por outro lado, 42 (22.5%) dos participantes referem não terem, de momento, um relacionamento íntimo aos quais foi questionado o tempo de duração do relacionamento anterior. Em resposta a esta questão, resultou uma média de 19.51 ($DP=17.49$) meses de tempo total de duração do relacionamento, variando entre um mês de tempo mínimo e aproximadamente 8 anos e 5 meses de tempo total máximo (cf. Tabela 5).

Tabela 5 - Caracterização da amostra segundo a duração do relacionamento anterior

	N	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Duração do relacionamento anterior (meses)	42	19.51	17.49	1	101

Estes participantes foram ainda questionados quanto ao tempo decorrido após o término do último relacionamento íntimo. A esta questão, apenas 20 sujeitos responderam, resultando numa média de 17.6 ($DP=11.32$) meses, variando entre um mínimo de 2 meses e um máximo de 3 anos e 6 meses (cf. Tabela 6).

Tabela 6 - Tempo decorrido desde o término do último relacionamento íntimo

	N	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Tempo decorrido desde o término do último relacionamento íntimo (meses)	20	17.6	11.32	2	42

1.2 - Instrumentos

No presente estudo, foram utilizados três instrumentos para a recolha de dados junto dos participantes do estudo, sendo eles: um Questionário Sociodemográfico, a Escala de *Empowerment* (ES) e as Escalas de Táticas de Conflito Revisadas (CTS2).

1.2.1 - Questionário Sociodemográfico

Este questionário é constituído por um conjunto de questões relativas a características pessoais dos sujeitos como idade, sexo, instituição de ensino, local de residência, nível de escolaridade dos pais, envolvimento numa relação íntima atual ou passada, entre outros. O questionário foi construído de forma a ser possível caracterizar a população em estudo, pretendendo-se obter informações específicas sobre os participantes.

1.2.2 - Escala de *Empowerment*

A *Empowerment Scale* foi originariamente criada por Rogers, Chamberlin, Ellison e Crean (1997) com a finalidade de medir a perceção pessoal de *empowerment* de utilizadores de serviços de saúde mental. O seu desenvolvimento incluiu 261 participantes. Foram construídos 28 itens e da realização da análise fatorial emergiram cinco fatores: Autoeficácia e autoestima (Fator 1), Poder e ausência de poder (Fator 2), Ativismo comunitário e autonomia (Fator 3), Otimismo e controlo sobre o futuro (Fator 4) e Direito à indignação (Fator 5). Verificou-se que a escala

demonstrou consistência interna ($\alpha = 0,86$) e validade adequadas, concluindo os autores que havia sido produzida uma medida válida e confiável, consistente com as definições de *empowerment* (Rogers, Chamberlin, Ellison, & Crean, 1997).

Originalmente, a criação da escala foi alicerçada em três características fundamentais do *empowerment*. A primeira representa o Fator 1 e o Fator 4, e é constituída pelo sentido de valor e de crença de que uma pessoa controla o seu destino e a sua vida; a segunda remete para o Fator 2 e diz respeito à importância das pessoas adquirirem poder de decisão e terem escolha a partir de um leque ilimitado de opções; e a terceira integra o Fator 3 e o Fator 5, que aglomera os componentes sociopolíticos do *empowerment* (Rogers et al., 1997). Em 2010, a *Empowerment Scale* foi validada num estudo com 1827 participantes, do qual resultou uma versão revista e reduzida de 25 itens (Rogers, Ralph, & Salzer, 2010).

Em 2014, Monteiro e Ornelas considerando a escassez de medidas de *empowerment* no campo da saúde mental e a ampla utilização da *Empowerment Scale* em vários países e contextos, procederam à validação da *Empowerment Scale* de 25 itens para o contexto português. A versatilidade desta escala ao nível de contextos e populações motivou a eleição para utilização neste estudo. Para a validação da Escala de *Empowerment* no contexto português, foi feita a tradução por dois pesquisadores pertencentes à comunidade de profissionais da saúde mental e, então, foi novamente traduzida para a língua inglesa por um tradutor bilingue, seguindo os procedimentos habituais entre investigadores (Jorge-Monteiro & Ornelas, 2014).

O estudo de validação compreendeu uma amostra de conveniência com 213 sujeitos, participantes em programas de apoio psicossocial e replicou o modelo de cinco fatores, sendo determinada uma confiabilidade satisfatória geral na Escala de *Empowerment* para uso no campo da saúde comunitária portuguesa (Jorge-Monteiro & Ornelas, 2014). A Escala de *Empowerment* validada para a população portuguesa destina-se assim à mensuração da percepção subjetiva de *empowerment* através da resposta a 25 itens distribuídos pelos mesmos cinco fatores da escala original: Autoeficácia e autoestima (Fator 1), Poder e ausência de poder (Fator 2), Ativismo comunitário e autonomia (Fator 3), Otimismo e controlo sobre o futuro (Fator 4) e Direito à indignação (Fator 5). Os itens têm uma escala de resposta do tipo *Likert* de 4 pontos, que oscila entre “4=concordo totalmente” e “1=discordo totalmente” compreendendo as posições “3=concordo” e “2=discordo” (Jorge-Monteiro & Ornelas, 2014). A medida revelou uma boa consistência interna, com um alpha de Cronbach de .76 para a escala total e apresentou os valores de alpha de Cronbach de .87, .56, .72, .52 e .55 nos fatores 1, 2, 3, 4 e 5, respetivamente (Jorge-Monteiro & Ornelas, 2014). No presente estudo foi realizada a análise da consistência interna obtendo um valor de .77 para a escala global.

1.2.3 - Escalas de Táticas de Conflito Revisadas

As *Conflict Tactics Scales* foram criadas durante os anos 70 pelo sociólogo Murray Straus com a finalidade de apurar as taxas de prevalência de abuso físico e psicológico no contexto familiar (Alexandra & Figueiredo, 2006). A sua aplicação tem vindo a ser referida em inúmeros estudos, realizados em diferentes culturas em mais de 20 países (Straus et al., 1996).

Em 1996 as *Conflict Tactics Scales* foram revistas em resposta a críticas que apontavam alguns problemas e limitações, passando a partir de então a designar-se “Revised Conflict Tactics Scales” ou na sua sigla CTS2 (Straus et al., 1996). A versão portuguesa, as Escalas de Táticas de Conflito Revisadas, foi validada em 2006 por Alexandra e Figueiredo numa amostra de 551 estudantes universitários, e destinam-se a avaliar o modo como parceiros íntimos resolvem conflitos, compreendendo estratégias de negociação e abuso. A negociação compreende a negociação emocional ou cognitiva e o abuso contempla a presença de vários tipos: abuso físico sem sequelas; agressão psicológica; abuso físico com sequelas; e coerção sexual (Alexandra & Figueiredo, 2006).

Na sua totalidade, a escala é composta por 39 itens, sendo que cada item contém uma questão dupla visando recolher informação do participante enquanto perpetrador (39 questões) e enquanto vítima (39 questões) das ocorrências, perfazendo um total de 78 questões (Alexandra & Figueiredo, 2006). À frente de cada questão, o respondente tem oito categorias de resposta. As primeiras seis categorias determinam a prevalência e a cronicidade de utilização de cada estratégia no último ano (1-uma vez, de há um ano para cá; 2-duas vezes, de há um ano para cá; 3 - três a cinco vezes, de há um ano para cá; 4 - seis a dez vezes, de há um ano para cá; 5 - onze a vinte vezes, de há um ano para cá; 6 - mais de vinte vezes, de há um ano para cá; 7 - não de há um ano para cá, mas já aconteceu; 8 - isso nunca aconteceu).

Como resultados, permite apurar as práticas de ambos os parceiros, durante o último ano fazendo uso de 8 categorias de resposta (1-uma vez, de há um ano para cá; 2-duas vezes, de há um ano para cá; 3 - três a cinco vezes, de há um ano para cá; 4 - seis a dez vezes, de há um ano para cá; 5 - onze a vinte vezes, de há um ano para cá; 6 - mais de vinte vezes, de há um ano para cá; 7 - não de há um ano para cá, mas já aconteceu; 8 - isso nunca aconteceu), das quais as primeiras 6 respeitam à prevalência e cronicidade no último ano e as excedentes indicam a prevalência global (Alexandra & Figueiredo, 2006). A prevalência remete para o número de casos em que se verifica um ou mais atos que compõem cada uma das escalas, por um determinado período de tempo circunscrito. Por sua vez, a cronicidade indica a frequência de ocorrências durante o último ano.

Na sua totalidade as escalas permitem 30 resultados possíveis. As cinco escalas são analisadas do ponto de vista do agente, isto é, se o participante desempenhou o papel de perpetrador ou vítima, o que perfaz um total de 10 resultados possíveis. Porém, as cinco escalas são ainda

aglomeradas por 3 níveis de severidade: ligeiro, severo e total. Por tal, na especificação do nível de severidade para os 10 resultados possíveis anteriores, é possível obter um total de 30 resultados possíveis (Alexandra & Figueiredo, 2006). Neste estudo em particular, foi considerada o papel de perpetrador para as 5 escalas nos níveis de severidade ligeiro e severo e nas duas formas de negociação. Tal, resultou na obtenção de valores de perpetração para as subescalas de: Negociação: Emocional/Cognitiva; Agressão Psicológica: Ligeira/Severa; Coerção Sexual: Ligeira/Severa; Abuso Físico Com Sequelas: Ligeiro/Severo; Abuso Físico Sem Sequelas: Ligeiro/Severo.

Relativamente às qualidades psicométricas da escala, esta apresenta valores de consistência interna das subescalas compreendidos entre .78 e .50 no âmbito do autorrelato da perpetração e vitimização. No referente à escala total, o valor de alfa de Cronbach para a perpetração é de .79 e para a vitimização é de .80 (Alexandra & Figueiredo, 2006). No presente estudo, a consistência interna da escala ostenta um valor de .72 para a perpetração e .73 para a vitimização.

1.3 - Procedimentos

1.3.1 - Procedimentos de Recolha de Dados

Numa primeira fase, o ponto de partida passou pela realização de uma revisão da literatura relativamente à temática em questão, a fim de selecionar os instrumentos mais adequados ao estudo e, por conseguinte, serem solicitadas as devidas autorizações para utilização dos mesmos aos autores. Paralelamente, em concordância com os objetivos descritivos pretendidos, foi criado um questionário sociodemográfico, no qual se incluíram variáveis relativas às características dos relacionamentos íntimos dos participantes. Concomitantemente, nesta fase foi também elaborado o consentimento livre e informado.

Num segundo momento, procedeu-se ao contacto com as instituições de ensino superior onde se pretendia fazer a recolha de dados, na região da Beira Interior (Instituto Politécnico de Castelo Branco e o Instituto Politécnico da Guarda). A recolha de dados decorreu em contexto de sala de aula, pelo que, após a concordância das instituições, foram contactados os docentes para acordar um horário com intuito de realizar de recolhas presenciais.

De modo a facilitar o processo de recolha de dados, foi concebido um protocolo com a totalidade dos instrumentos do projeto. Do protocolo, constou ainda o consentimento informado, o pedido de participação e a respetiva descrição dos objetivos do estudo. No total, o protocolo requeria aproximadamente 30 minutos para o preenchimento.

1.3.2 - Procedimentos de Análise de Dados

Concluído o processo de recolha de dados, o tratamento e análises dos mesmos foram realizados com recurso ao IBM SPSS® (*Statistical Package for Social Sciences* - versão 24). Inicialmente foi construída uma base dados e realizada uma análise global de forma a selecionar os participantes que reuniam as características requeridas à participação neste estudo, resultando numa amostra de 187 participantes.

Ao nível procedimental, num primeiro momento, foram efetuadas estatísticas descritivas por meio de medidas de tendência central, tais como, média, moda e mediana, bem como, através de medidas de dispersão, como frequências, desvios padrão (Martins, 2011), máximos e mínimos mediante as variáveis a analisar.

Num momento posterior, foi realizado o cálculo da consistência interna das escalas utilizadas, recorrendo-se para tal ao Alfa de *Cronbach* (α). Regra geral, na Psicologia e nas Ciências Sociais, aplicam-se escalas com múltiplos itens com o intuito de avaliar, por exemplo, diferentes dimensões psicológicas. Em diversas situações, a pontuação total da escala resulta a partir da combinação de itens como, por exemplo, através do somatório dos mesmos, submetendo os resultados obtidos a uma análise de fiabilidade (Marôco & Garcia-Marques, 2006).

O propósito do índice α é determinar a consistência interna de uma determinada escala, mediante a realização de uma estimativa do quão uniforme é o contributo dos itens para a soma não ponderada do instrumento, variando entre 0 e 1 (Marôco & Garcia-Marques, 2006). Assim, o α pode ser interpretado como um coeficiente médio de todas as estimativas da consistência interna que seriam possíveis de obter perante todas as divisões possíveis da escala (Cronbach, 1951 cit. in Marôco & Garcia-Marques, 2006). Ainda, devido ao facto de quanto menor é a variabilidade de um dos itens numa amostra de sujeitos, menor é o erro de medida associado, a consistência interna permite também estimar a fiabilidade de um instrumento (Marôco & Garcia-Marques, 2006). Deste modo, quanto menor a soma das variâncias dos itens considerando a variância total dos sujeitos, mais o coeficiente se aproxima do valor máximo, isto é de 1, representando maior consistência e, conseqüentemente, maior fiabilidade do instrumento (Marôco & Garcia-Marques, 2006). Por norma, considera-se que um instrumento tem fiabilidade apropriada quando α é de pelo menos .70 (Nunnally, 1978 cit. in Marôco & Garcia-Marques, 2006). No entanto, em alguns dos casos da investigação nas Ciências Sociais, considera-se aceitável um α de .60, desde que os resultados obtidos sejam interpretados com precaução (DeVellis, 1991 cit. in Marôco & Garcia-Marques, 2006).

Os pressupostos relativos à distribuição normal foram também analisados, cujos resultados culminaram na escolha de uma abordagem não paramétrica.

No que refere ao cumprimento dos objetivos deste estudo, no âmbito das análises de diferenças, recorreu-se ao Teste de Mann-Whitney. Este, permite analisar se existe divergência nas ordens médias de dois grupos independentes ao nível de uma variável dependente ordinal diferem. O Teste de Mann-Whitney é um teste equivalente ao Teste T para Amostras Independentes por possibilitar a comparação de dois grupos, contudo neste caso, ao nível de uma variável ordinal (e não intervalar como no caso do Teste T) (Martins, 2011).

Relativamente aos testes de associação, foi utilizado o Coeficiente de correlação de *Spearman*. A finalidade dos testes de associação passa por avaliar se duas ou mais variáveis se relacionam, através da quantificação da intensidade e da direção da associação entre variáveis (Marôco, 2014; Martins, 2011). A possibilidade desta avaliação surge dado este grupo de testes permitir apurar se a variação de uma variável está associada à variação da outra (Martins, 2011). A referir que, as medidas de associação, também designadas coeficientes de correlação, são muitas das vezes utilizadas de forma incorreta visando inferir relações causais, no entanto, uma correlação mede simplesmente a associação entre variáveis sem implicações de causa-efeito (Marôco, 2014).

Relativamente ao Coeficiente de correlação de *Spearman* em específico, este caracteriza-se por ser um teste de associação que permite, por um lado, explorar se duas (ou mais) variáveis ordinais (ou uma ordinal e uma intervalar) estão associadas e, por outro, avaliar a força e direção dessa associação através de valores que variam entre -1 e +1 (Martins, 2011).

Por fim, de forma a cumprir os objetivos delineados no âmbito das análises do efeito preditor, recorreu-se ao Modelo de Regressão Linear Múltipla. De forma breve, o conceito de regressão visa definir um amplo conjunto de técnicas estatísticas utilizadas no sentido de “modelar relações entre variáveis e predizer o valor de uma variável dependente (ou de resposta) a partir de um conjunto de variáveis independentes (ou preditoras)” (Marôco, 2014). No presente estudo, por se equacionar mais do que uma dimensão/variável independente, o modelo em causa é o designado por regressão linear múltipla (Marôco, 2014).

2 - Resultados

2.1 - Prevalência Global de Perpetração de Táticas de Resolução de Conflitos por Sexo

Como observado na Tabela 7, considerando a prevalência global na ótica do perpetrador, os participantes apresentam, no que refere às dimensões negociação emocional e negociação cognitiva, uma prevalência de perpetração de 100% em ambos os sexos. A perpetração de agressão psicológica ligeira revelou uma prevalência de 68.18% nos homens e de 65.66% nas mulheres. Na qualidade de severa, apurou-se para a dimensão da agressão psicológica uma prevalência de 29.55% para os homens e 24.24% para as mulheres. Na dimensão coerção sexual ligeira, os dados dos participantes indicam uma prevalência de 26.44% nos homens e 11.11% nas mulheres, e de 2.30% nos homens e 1.01% nas mulheres na categoria de severa.

Ao nível da dimensão abuso físico sem sequelas ligeiro, os homens apresentam uma prevalência de perpetração de 23.86% e as mulheres de 28.28%. No abuso físico sem sequelas severo a prevalência da perpetração dos homens foi de 12.79% e de 7.07% nas mulheres.

Por último, na dimensão abuso físico com sequelas ligeiro, os homens apresentaram uma prevalência de perpetração de 5.68% e as mulheres de 1.01%, sendo que na qualidade de severo o abuso físico com sequelas evidenciou valores de perpetração de 1.14% nos homens e 0.0% nas mulheres.

Tabela 7 - Prevalência Global de Perpetração de Táticas de Resolução de Conflitos

CTS2	Homens	Mulheres
Negociação		
Emocional	100.0%	100.0%
Cognitiva	100.0%	100.0%
Total	100.0%	100.0%
Agressão psicológica		
Ligeira	68.18%	65.66%
Severa	29.55%	24.24%
Total	97.73%	89.90%
Coerção sexual		
Ligeira	26.44%	11.11%
Severa	2.30%	1.01%
Total	28.74%	12.12%
Abuso físico sem sequelas		
Ligeiro	23.86%	28.28%
Severo	12.79%	7.07%
Total	36.65%	35.35%
Abuso físico com sequelas		
Ligeiro	5.68%	1.01%
Severo	1.14%	0.0%
Total	6.82%	1.01%

2.2 - Cronicidade Anual de Perpetração de Táticas de Resolução de Conflitos e Comparação entre Sexos

Como demonstrado na Tabela 8, considerando a cronicidade anual na perspectiva do perpetrador, os participantes apresentam na dimensão agressão psicológica ligeira um valor médio de 3.55 ($DP = 4.42$), variando entre um mínimo de 0.25 e um máximo de 20.75 e na dimensão agressão psicológica severa uma média de 2.80 ($DP = 3.80$), variando entre um mínimo de 0.25 e um máximo de 20.00. Ao nível da dimensão abuso físico sem sequelas ligeiro, os indivíduos apresentam uma média de 1.66 ($DP = 2.90$), variando entre um mínimo de 0.20 e um máximo de 15.40 e na dimensão abuso físico sem sequelas severo, uma média de 1.99 ($DP = 3.42$) entre um mínimo de 0.14 e um máximo de 12.71. A amostra apresenta uma média de 6.13 ($DP = 5.12$) na dimensão abuso físico com sequelas ligeiro, variando entre um mínimo de 0.50 e um máximo de 12.50 e, na dimensão abuso físico com sequelas severo, uma média de 7.25 ($DP = 0.00$) apresentando um mínimo e um máximo de 7.25. Na dimensão coerção sexual ligeira, os resultados obtidos indicam uma média de 4.82 ($DP = 3.47$), variando entre um mínimo de 0.33 e um máximo de 11.00 e na coerção sexual severa, uma média de 5.38 ($DP = 6.89$), entre um mínimo de 0.50 e um máximo de 10.25. No que refere à dimensão negociação emocional, é apresentada uma média de 16.75 ($DP = 7.19$), que varia entre um mínimo de 0.33 e um máximo de 25.00. E, por fim, na dimensão negociação cognitiva, a amostra varia entre um valor mínimo de 1.33 e um valor máximo de 25.00 apresentando um valor médio de 13.90 ($DP = 7.30$).

Tabela 8 - Cronicidade Anual de Perpetração

	CRON/ANU	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Agressão psicológica ligeira	111	3.55	4.42	0.25	20.75
Agressão psicológica severa	44	2.80	3.80	0.25	20.00
Abuso físico sem sequelas ligeiro	43	1.66	2.90	0.20	15.40
Abuso físico sem sequelas severo	16	1.99	3.42	0.14	12.71
Abuso físico com sequelas ligeiro	4	6.13	5.12	0.50	12.50
Abuso físico com sequelas severo	1	7.25	0.00	7.25	7.25
Coerção sexual ligeira	31	4.82	3.47	0.33	11.00
Coerção sexual severa	2	5.38	6.89	0.50	10.25
Negociação emocional	177	16.75	7.19	0.33	25.00
Negociação cognitiva	83	13.90	7.30	1.33	25.00

No que se refere às diferenças nas táticas de resolução de conflitos em função do sexo, conforme indicado nas Tabelas 9 e 10, relativamente às diferenças estatisticamente significativas encontradas, observaram-se diferenças entre participantes do sexo feminino ($Mdn=18.33$) e participantes do sexo masculino ($Mdn=14.83$) ao nível da variável negociação emocional, $U=3043.50$, $p=.013$, sendo os participantes do sexo feminino a apresentar valores superiores nesta variável.

No que concerne às restantes análises das diferenças ao nível das táticas de resolução de conflitos em função do sexo, não se verificaram resultados significativos, sendo que apenas se identificaram tendências. Na dimensão agressão psicológica ligeira, os participantes do sexo feminino ($Mdn=2.00$) relatam níveis superiores comparativamente aos participantes do sexo masculino ($Mdn=1.50$), $U=1367.00$, $p=.321$. Também, participantes do sexo masculino ($Mdn=1.63$) relatam níveis superiores de agressão psicológica severa que os participantes do sexo feminino ($Mdn=1.25$), $U=227.50$, $p=.732$. Ao nível da dimensão abuso físico sem sequelas ligeiro, participantes do sexo masculino ($Mdn=0.80$) relatam níveis superiores do que os participantes do sexo feminino ($Mdn=0.40$), $U=186.00$, $p=.373$. Participantes do sexo masculino ($Mdn=0.57$) relatam também níveis superiores de abuso físico sem sequelas severo que os participantes do sexo feminino ($Mdn=0.43$), $U=21.00$, $p=.320$. Relativamente à dimensão abuso físico com sequelas ligeiro, participantes do sexo masculino ($Mdn=7.50$) relatam níveis superiores do que os participantes do sexo feminino ($Mdn=4.00$), $U=1.00$, $p=.655$. Ao nível da dimensão coerção sexual ligeira, participantes do sexo masculino ($Mdn=5.67$) relatam níveis superiores de coerção sexual ligeira que os participantes do sexo feminino ($Mdn=5.00$), $U=84.00$, $p=.277$. Os participantes do sexo masculino ($Mdn=10.25$) relatam níveis superiores de coerção sexual severa quando comparados aos participantes do sexo feminino ($Mdn=0.50$), $U<0.001$, $p=.317$. Por fim, os participantes do sexo feminino ($Mdn=12.33$) relatam níveis superiores de negociação cognitiva que os participantes do sexo masculino ($Mdn=11.00$), $U=753.00$, $p=.616$.

Tabela 9 - Perpetração de Táticas de Resolução de Conflitos em função do sexo

	Sexo	N	Posto Médio
Agressão psicológica ligeira	Masculino	52	52.79
	Feminino	59	58.83
	Total	111	
Agressão psicológica severa	Masculino	22	23.16
	Feminino	22	21.84
	Total	44	
Abuso físico sem sequelas ligeiro	Masculino	17	24.06
	Feminino	26	20.65
	Total	43	
Abuso físico sem sequelas severo	Masculino	10	9.40
	Feminino	6	7.00
	Total	16	
Abuso físico com sequelas ligeiro	Masculino	3	2.67
	Feminino	1	2.00
	Total	4	
Abuso físico com sequelas severo ^a	Masculino	-	-
	Feminino	-	-
	Total	-	
Coerção sexual ligeira	Masculino	20	17.30
	Feminino	11	13.64
	Total	31	
Coerção sexual severa	Masculino	1	2.00
	Feminino	1	1.00
	Total	2	
Negociação emocional	Masculino	80	78.54
	Feminino	97	97.62
	Total	177	
Negociação cognitiva	Masculino	31	40.29
	Feminino	52	43.02
	Total	83	

a. Não há casos válidos suficientes para executar o Teste Mann-Whitney para Abuso físico com sequelas severo* Sexo (Masculino, Feminino). Nenhuma estatística é calculada.

Tabela 10 - Teste de diferenças de táticas de resolução de conflitos em função do sexo

	Agressão psicológica ligeira	Agressão psicológica severa	Abuso físico sem sequelas ligeiro	Abuso físico sem sequelas severo	Abuso físico com sequelas ligeiro	Coerção sexual ligeira	Coerção sexual severa	Negociação emocional	Negociação cognitiva
U de Mann-Whitney	1367.00	227.50	186.00	21.00	1.00	84.00	0.00	3043.50	753.00
Z	-0.992	-0.343	-0.892	-0.994	-0.447	-1.088	-1.000	-2.497	-0.502
Significância Assint. (Bilateral)	.321	.732	.373	.320	.655	.277	.317	.013	.616

2.3 - Percepção de *Empowerment* em Função da variável Sexo

Ao nível das diferenças relativas à percepção de *empowerment* em função da variável sexo, apenas foram identificadas tendências, sem que as diferenças sejam significativas, como se pode conferir nas Tabelas 12 e 13.

Participantes do sexo masculino ($Mdn=3.11$) relatam níveis superiores de autoestima/autoeficácia que os participantes do sexo feminino ($Mdn=3.00$), $U=3691.00$, $p=.070$. Ao nível da subescala poder/ausência de poder, participantes do sexo masculino ($Mdn=8.00$) apresentam valores superiores aos verificados nos participantes do sexo feminino ($Mdn=8.00$), $U=4355.00$, $p=.996$. Participantes do sexo feminino ($Mdn=8.00$) apresentam valores superiores na dimensão ativismo comunitário e autonomia comparativamente aos participantes do sexo masculino ($Mdn=8.00$), $U=4111.50$, $p=.341$. Relativamente à subescala otimismo e controlo sobre o futuro, participantes do sexo feminino ($Mdn=7.00$) denotam valores superiores comparativamente aos participantes do sexo masculino ($Mdn=6.67$), $U=4160.50$, $p=.588$. Por fim, no referente à dimensão direito à indignação, participantes do sexo feminino ($Mdn=7.50$) apresentam valores superiores do que participantes do sexo masculino ($Mdn=7.50$), $U=4108.50$, $p=.458$ (cf. Tabelas 11 e 12).

Tabela 11 - Percepção de Empowerment em função do sexo

	Sexo	N	Posto Médio
Autoestima/autoeficácia	Masculino	88	101.56
	Feminino	99	87.28
	Total	187	
Poder/ausência de Poder	Masculino	88	94.01
	Feminino	99	93.99
	Total	187	
Ativismo comunitário e autonomia	Masculino	88	91.22
	Feminino	99	96.47
	Total	187	
Otimismo e controlo sobre o futuro	Masculino	88	91.78
	Feminino	99	95.97
	Total	187	
Direito à indignação	Masculino	88	91.19
	Feminino	99	96.50
	Total	187	

Tabela 12 - Teste de diferenças da percepção de Empowerment em função do sexo

	Autoestima /autoeficácia	Poder/ausência de poder	Ativismo comunitário e autonomia	Otimismo e controlo sobre o futuro	Direito à indignação
U de Mann-Whitney	3691.00	4355.00	4111.50	4160.50	4108.50
Z	-1.812	-0.005	-0.952	-0.542	-0.741
Significância Assint. (Bilateral)	.070	.996	.341	.588	.458

a. Variável de Agrupamento: Sexo

2.4 - Correlação entre as Táticas de Resolução de Conflitos e a Percepção de Empowerment

Este objetivo teve como intuito analisar o grau de associação entre as subescalas de *Empowerment* e as táticas de resolução de conflitos no relacionamento íntimo, recorrendo-se para tal ao coeficiente de correlação de Spearman (Tabela 13). No sentido de determinar a

magnitude das correlações obtidas, consideraram-se os valores propostos por Cohen (1988), segundo o qual se assume que uma correlação tem um pequeno efeito de magnitude quando $r=.10$, efeito moderado a partir de $r=.30$ e grande efeito a partir de $r=.50$.

Deste modo, os resultados sugerem a existência de uma correlação significativa negativa, com magnitude de efeito moderado, entre a dimensão autoestima e autoeficácia da escala de *Empowerment* e a dimensão agressão psicológica severa da escala CTS ($r_s=-.31, p=.038$). Assim, quanto maiores os valores na dimensão autoestima e autoeficácia menores os valores na dimensão agressão psicológica severa e vice-versa.

No que refere à dimensão poder/ausência de poder, esta apresentou uma correlação negativa significativa de magnitude moderada com a dimensão da escala CTS, agressão psicológica ligeira ($r_s=-.37, p<.001$). Deste modo, quanto maior o poder/ausência de poder menor os valores de agressão psicológica ligeira e vice-versa.

Relativamente à dimensão ativismo e autonomia da escala de *Empowerment*, os resultados revelaram uma correlação negativa significativa de magnitude moderada com as dimensões agressão psicológica ligeira ($r_s=-.34, p<.001$) e abuso físico sem sequelas ligeiro ($r_s=-.44, p=.003$) da CTS. Tal, indica que maior ativismo e autonomia está associado a menor agressão psicológica ligeira, bem como, a menor abuso físico sem sequelas ligeiro e vice-versa.

No âmbito da associação entre a dimensão otimismo e controlo sobre o futuro da escala de *Empowerment* e a CTS uma correlação positiva significativa de magnitude moderada com a dimensão negociação emocional ($r_s=.33, p<.001$); e uma correlação significativa positiva de pequena magnitude com a dimensão negociação cognitiva ($r_s=.28, p=.012$). Tal implica, que quanto maior o otimismo e controlo sobre o futuro maiores a negociação emocional e a negociação cognitiva e vice-versa.

No referente à dimensão direito à indignação da escala de *Empowerment* e a CTS, verifica-se uma correlação significativa negativa de grande magnitude com a dimensão abuso físico sem sequelas severo ($r_s=-.54, p=.032$) e uma correlação positiva significativa moderada com a dimensão negociação emocional ($r_s=.40, p<.001$) da CTS. A primeira correlação é indicativa de que maior direito à indignação está associado a menor abuso físico sem sequelas severo e vice-versa, a par que, a segunda correlação aponta para que quanto maior o direito à indignação maior a negociação emocional e vice-versa.

Nos testes de associação entre as restantes dimensões de ambas as escalas, não foram obtidas correlações significativas.

Tabela 13 - Correlação entre percepção de Empowerment e Táticas de Resolução de Conflitos (rô de Spearman)

		Autoestima/auto eficácia	Poder/ ausência de poder	Ativismo comunitário e autonomia	Otimismo e controle sobre o futuro	Direito à indignação
Agressão psicológica ligeira	Coeficiente N	-.157 111	-.370** 111	-.343** 111	-.141 111	-.001 111
Agressão psicológica severa	Coeficiente N	-.313* 44	-.156 44	-.182 44	-.169 44	.086 44
Abuso físico sem sequelas ligeiro	Coeficiente N	-.104 43	-.240 43	-.437** 43	-.198 43	.127 43
Abuso físico sem sequelas severo	Coeficiente N	.136 16	-.232 16	.161 16	-.326 16	-.536*
Negociação emocional	Coeficiente N	.039 177	-.047 177	-.145 177	.331** 177	.402** 177
Negociação cognitiva	Coeficiente N	.014 83	-.041 83	-.016 83	.275* 83	.191 83

* $p < .05$; ** $p < .01$

2.5 - Influência da Percepção de Empowerment nas Táticas de Resolução de Conflitos

Este objetivo final visava apurar a existência, ou não, de influência da percepção de Empowerment em determinadas dimensões da CTS. Os resultados que se seguem abrangem apenas as variáveis que cumpriram os requisitos necessários para a realização das análises de influência, neste caso, da Regressão Linear Múltipla.

Tendo como intuito verificar se a percepção de Empowerment seria capaz de prever a dimensão Negociação Cognitiva foi utilizada a Regressão Linear Múltipla. Como se pode verificar nas Tabelas 14 e 15, o modelo resultante da análise efetuada não se revelou estatisticamente significativo [$F(5,77)=1.03$, $p=.406$; $r^2=.063$].

Tabela 14 - Qualidade do ajuste do modelo preditor da percepção de Empowerment sobre a Negociação Cognitiva

R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
.250	.063	.002	7.29746

Tabela 15 - Efeito preditor da percepção de *Empowerment* sobre a Negociação Cognitiva com os parâmetros Beta

	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	p
	B	Erro padrão	Beta		
Autoestima e Autoeficácia	-0.670	1.983	-.038	-0.338	.736
Poder e Ausência de poder	-0.023	1.806	-.002	-0.013	.990
Ativismo comunitário e Autonomia	-0.876	0.751	-.142	-1.166	.247
Otimismo e controlo sobre o futuro	1.767	0.951	.224	1.859	.067
Direito à indignação	1.309	1.637	.093	0.799	.426

Ao averiguar se as dimensões relativas à percepção de *Empowerment* tinham um papel preditor da dimensão Negociação Emocional, os resultados revelaram-se estatisticamente significativos [$F(5,171)=10.541$, $p<.001$; $r^2=.236$], indicando que aproximadamente 24% da Negociação Emocional é influenciada pela percepção de *Empowerment*, em particular pelas dimensões Ativismo comunitário e Autonomia ($\beta=-.275$; $t=-3.652$; $p<.001$), Otimismo e controlo sobre o futuro ($\beta=.268$; $t=3.669$; $p<.001$) e Direito à indignação ($\beta=.334$; $t=4.677$; $p<.001$) (Tabelas 16 e 17).

Tabela 16 - Qualidade do ajuste do modelo preditor da percepção de *Empowerment* sobre a Negociação Emocional

R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
.485 ^a	.236	.213	6.37857

Tabela 17 - Efeito preditor da percepção de *Empowerment* sobre a Negociação Emocional

	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	p
	B	Erro Padrão	Beta		
Autoestima e Autoeficácia	1.241	1.212	.069	1.025	.307
Poder e Ausência de poder	-1.057	1.151	-.069	-0.918	.360
Ativismo comunitário e Autonomia	-1.906	0.522	-.275	-3.652	.000
Otimismo e controlo sobre o futuro	1.931	0.526	.268	3.669	.000
Direito à indignação	3.845	0.822	.334	4.677	.000

Na verificação da influência da percepção de *Empowerment* nos níveis de Agressão Psicológica Ligeira, os resultados foram estatisticamente significativos [$F(5,105)=3.193$, $p=.010$; $r^2=.132$], sugerindo uma influência de aproximadamente 13%, em especial, por parte da dimensão Ativismo comunitário e autonomia ($\beta=-.239$; $t=-2.328$; $p=.022$) (Tabelas 18 e 19).

Tabela 18 -Qualidade do ajuste do modelo preditor da percepção de Empowerment sobre a Agressão Psicológica Ligeira

R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
.363 ^a	.132	.091	4.21624

Tabela 19 - Efeito preditor da percepção de Empowerment sobre a Agressão Psicológica Ligeira

	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	p
	B	Erro Padrão	Beta		
Autoestima e Autoeficácia	-0.720	0.970	-.070	-0.743	.459
Poder e Ausência de poder	-1.254	0.781	-.164	-1.607	.111
Ativismo comunitário e Autonomia	-0.882	0.379	-.239	-2.328	.022
Otimismo e controlo sobre o futuro	-0.254	0.400	-.062	-0.634	.527
Direito à indignação	0.668	0.640	.103	1.044	.299

Como é possível verificar nas Tabelas 20 e 21, a Regressão Linear Múltipla realizada sugere que a percepção de *Empowerment*, em particular, a dimensão Poder/Ausência de poder ($B=-.548$; $t=-3.290$; $p=.002$), influencia significativamente a variável Agressão Psicológica Severa em, aproximadamente, 29% da variação da variável [$F(5,38)=3.170$, $p=.017$; $r^2=.294$] (Tabelas 21 e 22).

Tabela 20 - Qualidade do ajuste do modelo preditor da percepção de Empowerment sobre a Agressão Psicológica Severa

R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
.543 ^a	.294	.201	3.39749

Tabela 21 - Efeito preditor da percepção de Empowerment sobre a Agressão Psicológica Severa

	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	p
	B	Erro Padrão	Beta		
Autoestima e Autoeficácia	-1.283	1.389	-.130	-.924	.361
Poder e Ausência de poder	-2.795	0.850	-.548	-3.290	.002
Ativismo comunitário e Autonomia	0.118	0.413	.045	.286	.777
Otimismo e controlo sobre o futuro	-0.034	0.580	-.010	-.059	.953
Direito à indignação	0.217	0.896	.039	.242	.810

Síntese de Resultados

Em suma, no referente aos principais resultados obtidos destaca-se, primeiramente, a presença de diferenças significativas na variável negociação emocional em função da variável sexo.

Ao nível dos resultados relativos ao grau de associação entre as variáveis, foram encontradas correlações significativas negativas entre:

- A dimensão autoestima e autoeficácia da escala de *Empowerment* e a dimensão agressão psicológica severa da escala CTS;
- A dimensão poder/ausência de poder e a dimensão agressão psicológica ligeira;
- A dimensão ativismo e autonomia e as dimensões agressão psicológica ligeira e abuso físico sem sequelas ligeiro.

Foram também encontradas correlações significativas positivas entre a dimensão otimismo e controlo sobre o futuro e, por um lado, a negociação emocional e, por outro, a negociação cognitiva.

Por fim, relativamente à dimensão direito à indignação da escala de *Empowerment*, os resultados evidenciaram uma correlação negativa com a dimensão abuso físico sem sequelas severo e uma correlação positiva com a dimensão negociação emocional.

No âmbito das análises referentes ao grau de influência da percepção de *Empowerment* nas dimensões da escala CTS, a salientar o efeito preditor encontrado nas dimensões:

- Negociação Emocional, em que aproximadamente 24% da subescala é influenciada pela percepção de *Empowerment*, em particular pelas dimensões Ativismo comunitário e Autonomia;
- Agressão Psicológica Ligeira, sugerindo uma influência de aproximadamente 13%, em especial, por parte da dimensão Ativismo comunitário e autonomia;
- Agressão Psicológica Severa, influenciada pela percepção de *Empowerment* em aproximadamente 29% particularmente, pela dimensão Poder/Ausência de poder.

3 - Discussão dos Resultados

Considerando os objetivos inicialmente estabelecidos, orientadores do presente estudo, bem como os resultados obtidos, procede-se no presente capítulo à sua análise e discussão. Para tal, após a realização das análises estatísticas, foram consultados os referenciais teóricos presentes na revisão de literatura, no sentido de apurar a existência de orientações e resultados que possam ou não sustentar os resultados obtidos. Ressalva-se, todavia, que não foram encontrados estudos similares, dado que a maior parte analisa a perspectiva da vítima.

No estudo que se apresenta, relativamente à prevalência global de perpetração de táticas de resolução de conflitos, a amostra evidenciou a negociação (emocional e cognitiva) como a estratégia mais prevalente nos jovens, com taxas de prevalência de 100% em ambos os sexos, seguida da agressão psicológica. Neste âmbito, foi também possível de identificar uma tendência de maior prevalência da utilização de formas abusivas de resolução de conflitos nos homens comparativamente às mulheres, em todas as táticas de resolução de conflitos, à exceção do abuso físico sem sequelas ligeiro em que as participantes do sexo feminino obtiveram uma prevalência de 28.28% face a 23.86% nos homens.

No referente à cronicidade de perpetração de táticas de resolução de conflitos no último ano, constatou-se que os participantes do sexo feminino revelaram níveis superiores de agressão psicológica ligeira e de negociação cognitiva. Já os homens, à semelhança do encontrado na prevalência global de perpetração, mostraram recorrer a táticas mais abusivas, como agressão psicológica severa, abuso físico sem sequelas ligeiro/severo, abuso físico com sequelas ligeiro e coerção sexual ligeira/severa. Contudo, não se registaram diferenças estatisticamente significativas na maioria das variáveis. A exceção verificou-se na subescala negociação emocional, sendo os participantes do sexo feminino a apresentar valores significativamente superiores.

Ao analisar a literatura, foi possível verificar que, ao nível da prevalência, tanto o estudo de Alexandra e Figueiredo (2006) como o de Bolze, Schmidt, Crepaldi e Vieira (2013) apontaram a perpetração da negociação como a tática mais utilizada pelos sujeitos na resolução de conflitos e, similarmente, a agressão psicológica como a segunda tática mais perpetrada. No âmbito da cronicidade anual, verificaram-se algumas divergências comparativamente ao trabalho realizado por Alexandra e Figueiredo (2006). Em concreto, na análise em função da variável sexo do perpetrador, as referidas autoras não encontraram diferenças significativas entre sexos, ao passo que, no presente trabalho, se observaram diferenças significativas ao nível da subescala negociação emocional, sendo os participantes do sexo feminino a apresentar valores superiores. De referir que a negociação emocional se reporta à comunicação de afetos positivos, questionando acerca da expressão de sentimentos de preocupação/cuidado e respeito pelo parceiro (Strauss et al., 1996), podendo ser interpretado como uma forma positiva de resolução de conflitos. Os resultados obtidos indiciam que as mulheres, mais do que os

homens, recorrem a esta tática de resolução de conflitos. No entanto, ainda que a negociação seja tida como uma tática de resolução de conflitos positiva e amplamente utilizada por ambos os sexos, os participantes recorrem a outras táticas violentas com frequência.

A tendência identificada no nosso estudo referente à utilização de táticas mais abusivas por parte do sexo masculino é corroborada pela literatura, na qual se denota que, atualmente, ainda continua a persistir a influência de um contexto histórico no qual o domínio do homem sobre a mulher era socialmente aceite e onde prevalecia a crença de que o homem tinha direito de ser fisicamente agressivo em relação à mulher (Manita, Ribeiro, & Peixoto, 2009).

Relativamente à perceção de *empowerment* não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre os sexos, não obstante, os participantes do sexo masculino relataram níveis superiores de autoestima/autoeficácia e poder/ausência de poder. Por sua vez, os participantes do sexo feminino apresentaram valores superiores nas variáveis ativismo comunitário e autonomia, otimismo e controlo sobre o futuro e direito à indignação.

Das análises da correlação entre as táticas de resolução de conflitos e a perceção de *empowerment*, apurou-se a presença de uma correlação significativa negativa entre a dimensão autoestima e autoeficácia e a dimensão agressão psicológica, o que implica que quanto maiores são os valores na dimensão autoestima e autoeficácia, menores os valores na dimensão agressão psicológica severa e vice-versa. Este resultado é corroborado pelo estudo realizado por Carneiro e Freire (2015) cujos resultados apontam para a existência uma relação negativa entre autoestima e violência. Segundo Schnaas, Ruiz e Juárez (2009), a autoestima diz respeito à valorização de si mesmo e é influenciada por processos avaliativos e afetivos sobre a imagem de si próprio. Como tal, quando a autoestima é baixa o sujeito tende a não ser socialmente participativo, apresentar preocupações constantes, ser suscetível à crítica, reagir a interações sociais que possam expor as suas fragilidades e a ser facilmente afetado por fatores stressores do ambiente com que se relaciona (Schnaas, Ruiz, & Juárez, 2009). E estas condições podem contribuir para a perpetração de técnicas mais agressivas aquando a resolução de conflitos. Como salientam Silva e Duran (2011), a autoestima é uma aptidão essencial para um adequado desempenho ao nível das relações sociais.

Relativamente à dimensão poder/ausência de poder, esta apresentou também uma correlação negativa significativa com agressão psicológica ligeira, indicando que quanto maior o poder/ausência de poder menores os valores de agressão psicológica ligeira e vice-versa. Na interpretação deste resultado torna-se relevante atender ao conceito de poder no *empowerment*. Na conceptualização de *empowerment*, a noção de poder emerge em função de um processo interativo, no qual o indivíduo age em direção a objetivos significativos, fazendo uso das suas habilidades, conhecimento e autoeficácia (Cattaneo & Goodman, 2014). Destaca-se a noção de poder percebida como uma relação e não como uma propriedade de um indivíduo ou grupo, como frequentemente se apresenta na literatura referente ao poder (Masterson & Owen, 2006; Neal & Neal, 2011; Tew, 2006). O poder é tido como uma dinâmica

capaz de transformações na relação entre duas pessoas ou nas relações entre o indivíduo e as instituições (Cattaneo & Goodman, 2014). Um maior poder pessoal leva à compreensão de como as pessoas entendem as suas circunstâncias e podem fazer uso da capacidade de mudá-las (Tew, 2006). Como tal, uma maior percepção de poder pode significar uma maior capacidade de lidar com o conflito e uma menor prática de violência psicológica pelo perpetrador.

Relativamente à dimensão ativismo e autonomia, esta revelou uma correlação negativa significativa com as dimensões agressão psicológica ligeira e abuso físico sem sequelas ligeiro. Tal indica que maior ativismo e autonomia está associado a menor agressão psicológica ligeira, assim como, a menor abuso físico sem sequelas ligeiro e vice-versa. Por autonomia, pode entender-se a competência de expressar e exercer o direito à liberdade por intermédio de uma regulação pessoal da ação ou pela escolha independente, exercendo comportamentos coerentes com o próprio sistema de valores (Deci & Ryan, 2000). Uma maior autonomia leva o indivíduo a estar no controlo da tomada de decisão e a assumir a responsabilidade pelas suas ações, permitindo o uso de habilidades com vista a escolha de estratégias (Zimmerman, 1989) face a situações adversas como a resolução de conflitos.

No que diz respeito à dimensão otimismo e controlo sobre o futuro, os resultados evidenciaram a existência de uma correlação positiva significativa com as dimensões negociação emocional e negociação cognitiva. Quer isto dizer que quanto mais elevado for o otimismo e controlo sobre o futuro mais elevadas serão a negociação emocional e a negociação cognitiva e vice-versa. Neste sentido, há a referir que o otimismo e controlo sobre o futuro é um recurso psicológico que permite aos sujeitos enfrentar com maior sucesso eventos críticos da vida (Rabelo & Neri, 2005). Enquanto Taylor, Kemeny, Reed, Bower e Grunewald (2000) consideram mesmo que o otimismo e controlo sobre o futuro atua como um protetor psicológico, outros autores como Salovey, Rothman, Detweiler e Steward (2000) alegam que experiências emocionais positivas amplificam a disponibilidade de recursos psicológicos, possibilitando que os indivíduos encarem mais eficazmente os eventos stressantes, optando por soluções mais criativas. Tal pode contribuir para explicar os resultados obtidos neste estudo na medida em que os indivíduos com maior percepção de otimismo e controlo sobre o futuro tendem a privilegiar a negociação (emocional e cognitiva), já que esta técnica é considerada como sendo a mais positiva na resolução de conflitos, em detrimento da perpetração de táticas mais abusivas, como mencionado anteriormente.

Ao nível das análises de associação relativas à dimensão direito à indignação, os resultados transpareceram, por um lado, uma correlação significativa negativa com a dimensão abuso físico sem sequelas severo e, por outro, uma correlação positiva significativa com a dimensão negociação emocional. No que remete à primeira correlação, esta representa-se como indicativa de que o maior direito à indignação está associado a menor abuso físico sem sequelas severo e vice-versa. Já a segunda correlação positiva indica que quanto maior a percepção do direito à indignação, maior a utilização da negociação emocional e vice-versa. Perante os resultados precedentes, salienta-se que o sentimento de indignação é o início de uma ação

consciente de quem não quer compactuar com algum tipo de opressão sobre si próprio ou sobre o outro e, simultaneamente, o desejo de fazer diferente e a possibilidade de transformar as circunstâncias opressoras (Freire, 2000). A indignação impele à ação e leva a uma tomada de posição, implicando a habilidade e a disposição de aproveitá-la a como um componente de fortalecimento psicológico (Rogers et al., 1997). Neste sentido, aproveitando a indignação de forma positiva, uma elevada percepção de indignação face à perpetração de táticas de resolução de conflito mais abusivas pode assim contribuir para os resultados encontrados, promovendo por um lado, a negociação emocional e invalidando por outro, o uso de táticas mais abusivas como o abuso físico sem sequelas severo.

O quinto e último objetivo deste trabalho propunha analisar a influência da percepção de *empowerment* na perpetração de táticas de resolução de conflitos. Os resultados mostraram que as cinco dimensões de percepção de *empowerment* (em particular o Ativismo comunitário e autonomia, o Otimismo e controlo sobre o futuro e o Direito à indignação) explica a utilização da negociação emocional em cerca de 24%. Thomas e Velthouse (1990) argumentam que a autonomia permite ao sujeito apropriar-se do locus de causalidade do seu comportamento, gerando a percepção intrínseca da origem das suas ações traduzindo-se em comportamentos de iniciativa, criatividade, resiliência e flexibilidade. Face a situações de conflito, esta percepção interna do indivíduo pode revelar-se fundamental no controlo das suas ações e levar ao evitamento de impulsos mais violentos, proporcionando ao sujeito a possibilidade de optar pela tática de negociação. Da mesma forma, o otimismo e controlo sobre o futuro é um recurso psicológico, que permite aos sujeitos enfrentar com maior sucesso eventos críticos da vida (Rabelo & Neri, 2005). Como Salovey, Rothman, Detweiler e Steward (2000) referem, as experiências emocionais positivas aumentam a disponibilidade de recursos psicológicos, possibilitando que os indivíduos encarem mais eficazmente os eventos stressantes, optando por soluções mais criativas, o que face aos resultados encontrados pode funcionar como um protetor psicológico contra a perpetração de táticas abusivas de resolução de conflitos.

Tomando a posição de Rogers, Chamberlin, Ellison, & Crean, (1997), é possível depreender que o sentimento de indignação pode ser utilizado como um recurso positivo, que impele à ação e mediante a habilidade e motivação de aproveitá-la, torna-se um componente de fortalecimento psicológico. Em consonância, o indivíduo, beneficiando positivamente do direito à indignação perante a perpetração de táticas de resolução de conflito mais abusivas, pode optar pela negociação emocional e revogar ao uso de táticas mais abusivas.

A percepção de *empowerment* foi igualmente preditora de comportamentos de agressão psicológica ligeira (em particular a dimensão de Ativismo comunitário e autonomia), explicando cerca de 13% da variância da variável critério. Como exposto anteriormente, por autonomia compreende-se a competência de expressar e exercer o direito à liberdade por meio de uma regulação pessoal da ação ou pela escolha independente, exercendo comportamentos coerentes com o próprio sistema de valores (Deci & Ryan, 2000), o que leva o indivíduo a assumir o locus de causalidade do seu comportamento (Thomas & Velthouse, 1990), face a situações

adversas como a resolução de conflitos. Assim, estas características podem marcar a diferença, conduzindo à escolha de táticas de resolução menos abusivas em detrimento de táticas de resolução mais abusivas.

Por fim, também os comportamentos de agressão psicológica severa evidenciaram ser explicados, de modo estatisticamente significativo, pela percepção de *empowerment* (em particular pela dimensão Poder/ausência de poder) em aproximadamente 29% da variância. Para a compreensão desta influência, retomamos novamente a conceptualização de poder no contexto do conceito de *empowerment*. O poder é tido como uma dinâmica capaz de transformações na relação entre duas pessoas ou nas relações entre o indivíduo e as instituições (Cattaneo & Goodman, 2014) e um maior poder pessoal leva à compreensão de como as pessoas entendem a sua circunstância e podem fazer uso da capacidade de mudá-la (Tew, 2006), pelo que podemos considerar que uma maior percepção de poder significa uma maior capacidade de lidar com o conflito e um menor uso da violência psicológica pelo perpetrador.

IV - Contributos, Limitações e Sugestões para investigações futuras

Com a realização deste trabalho, pretendeu-se contribuir para um melhor conhecimento da perspectiva do perpetrador na VPI na relação entre a percepção de *empowerment* e a perpetração de táticas de resolução de conflitos. Verificou-se, no decorrer do trabalho, existir uma lacuna na literatura no que concerne ao conhecimento da relação entre as variáveis de *empowerment* e perpetração de VPI na perspectiva do perpetrador, já que o tema surge com mais frequência no contexto da vitimização. Considera-se igualmente pertinente o conhecimento desta perspectiva, podendo os contributos do presente estudo contribuir para a definição de orientações para a prevenção e combate à VPI, na medida em que os resultados obtidos sugerem que a percepção de *empowerment* psicológico está correlacionado com a perpetração de táticas de resolução de conflitos e que estas, podem ser influenciadas por essa percepção.

A compreensão, prevenção e combate à VPI constitui-se como um desafio atual, pois apesar de todos os esforços que têm vindo a ser feitos (e.g., campanhas de informação, campanhas de prevenção, planos de combate) frequentemente somos surpreendidos com elevados números de prevalência de VPI, inclusive em populações mais jovens. Os resultados deste estudo levam-nos a refletir sobre a importância da promoção e desenvolvimento de habilidades e competências pessoais (como o *empowerment* psicológico), em particular nos jovens, com a finalidade de aumentar a capacidade para gerir adequadamente os conflitos nas relações íntimas, que inevitavelmente ocorrem e que podem e devem ser abordados de uma forma positiva e não abusiva. Este trabalho direcionou-se para a análise da perpetração, o pode ainda contribuir para uma visão integral do fenómeno da VPI, que ultrapassa a finalidade de compreender, intervir e combater o fenómeno apenas na perspectiva vítima. Consideramos fundamental o conhecimento deste “outro lado” da VPI.

Relativamente às limitações, salienta-se o facto de os participantes neste estudo terem sido apenas estudantes do ensino superior politécnico, o que obviamente impõe limitações na generalização destes resultados a outras populações. Para futuras investigações, sugere-se a realização de estudos similares com populações diferentes (e.g., diferentes faixas etárias, amostras representativas da população nacional, com perpetradores identificados). Considera-se também apropriado efetuar estudos que comparem a percepção de *empowerment* entre jovens (e/ou outras populações) que nunca foram perpetradores/vítimas de formas abusivas de resolução de conflito e jovens que já tiveram essa experiência. Além disso, seria interessante a realização de estudos longitudinais que possibilitassem observar o comportamento das variáveis *empowerment* e violência no decorrer dos anos.

V - Referências Bibliográficas

- Acosta, D. F., Gomes, V. L. de O., Fonseca, A. D. da, & Gomes, G. C. (2015). Violência Contra a Mulher por Parceiro Íntimo: (In)Visibilidade do Problema. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 24(1), 121-127. <https://doi.org/10.1590/0104-07072015001770013>
- Adams, R. (2003). *Social Work and Empowerment*. New York: Palgrave MacMillan.
- Alexandra, C., & Figueiredo, B. (2006). Versão portuguesa das Escalas de Táticas de Conflito Revisadas : estudo de validação. *Psicologia Teoria e Prática*, 8(2), 14-39.
- Ali, P. A., & Naylor, P. B. (2013). Intimate partner violence: A narrative review of the feminist, social and ecological explanations for its causation. *Aggression and Violent Behavior*, 18(6), 611-619. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2013.07.009>
- Ali, T., Mogren, I., & Krantz, G. (2013). Intimate partner violence and mental health effects: A population-based study among married women in karachi, pakistan. *International Journal of Behavioral Medicine*, 20(1), 131-139. <https://doi.org/10.1007/s12529-011-9201-6>
- AMCV, A. de M. C. a V. (2013). *Avaliação e Gestão de Risco em Rede: Manual para Profissionais* (Associação).
- APAV, A. P. de A. à V. (1990). *Manual Alcipe para o atendimento de mulheres vítimas de violência* (ideia i li). Lisboa.
- APAV, A. P. de A. à V. (2011). *Manual Crianças e Jovens vítimas de violência: compreender, intervir e prevenir* (APAV). Lisboa: APAV. Retrieved from <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1077801204265552>
- APAV, A. P. de A. à V. (2017). *ESTATÍSTICAS APAV RELATÓRIO ANUAL 2016*.
- Archer, J. (2000). Sex differences in aggression between heterosexual partners: a meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 126(5), 651-680. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.126.5.651>
- Azevedo, N. A. de S. (2013). *Fatores de risco e tipologias dos agressores conjugais*. Universidade do Porto.

- Babcock, J. C., Green, C. E., & Robie, C. (2004). Does batterers' treatment work? A meta-analytic review of domestic violence treatment. *Clinical Psychology Review, 23*(8), 1023-1053. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2002.07.001>
- Babu, B. V., & Kar, S. K. (2010). Domestic violence in Eastern India: Factors associated with victimization and perpetration. *Public Health, 124*(3), 136-148. <https://doi.org/10.1016/j.puhe.2010.01.014>
- Ben-Zur, H., & Yagil, D. (2005). The relationship between empowerment, aggressive behaviours of customers, coping, and burnout. *European Journal of Work and Organizational Psychology, 14*(1), 81-99. <https://doi.org/10.1080/13594320444000281>
- Bergman, L. (1992). Dating Violence among High School Students. *Social Work, 37*(1), 1-21. <https://doi.org/10.1093/sw/37.1.21>
- Bolze, S. D. A., Schmidt, B., Crepaldi, M. A., & Vieira, M. L. (2013). Relacionamento Conjugal e Táticas de Resolução de Conflito entre Casais. *Atualidades En Psicologia, 27*(114), 71-85. <https://doi.org/10.15517/ap.v27i114.4828>
- Brody, C., Dunbar, M., Dworkin, S., Murthy, P., & Pascoe, L. (2013). The Effects Of Economic Self-Help Group Programs On Women's Empowerment: A Systematic Review. *Campbell Systematic Reviews, (March)*. <https://doi.org/10.4073/csr.2015.19>
- Busch, N. B., & Valentine, D. (2000). Empowerment Practice: A Focus on Battered Women. *Affilia, 15*(1), 82-95. <https://doi.org/10.1177/08861090022093840>
- Caldeira, C. T. M. (2012). *Perfil Psicopatológico de Agressores Conjugais e Fatores de Risco*. Universidade da Beira Interior.
- Caridade, S., & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica, 24*(4), 485-493. https://doi.org/10.1007/978-95-900-3777-0_201
- Carneiro, R., & Freire, R. (2015). Um estudo da relação entre violência psicológica e autoestima. *Conexões PSI, 3*(1), 34-48. Retrieved from <http://apl.unisuam.edu.br/revistas/index.php/conexoespsi/article/view/580/549>
- Carolina, A., Barral, V., Boas, V., & Dessen, M. A. (2010). Conflitos conjugais e seus efeitos sobre o comportamento de crianças : uma revisão teórica. *Arq.Bras. Psicol.Bras. Psicol., 62*(2), 91-102.

- Castro, R., Casique, I., & Brindis, C. (2008). Empowerment and physical violence throughout women's reproductive life in Mexico. *Violence Against Women, 14*(6), 655. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&site=eds-live&db=cin20&AN=105668100>
- Cattaneo, L. B., & Chapman, A. R. (2010). The process of empowerment: a model for use in research and practice. *The American Psychologist, 65*(7), 646-659. <https://doi.org/10.1037/a0018854>
- Cattaneo, L. B., & Goodman, L. a. (2014). What is empowerment anyway? A model for domestic violence practice, research, and evaluation. *Psychology of Violence, 5*(1), 84-94. <https://doi.org/10.1037/a0035137>
- Centers for Disease Control and Prevention. (2016). Understanding Teen Dating Violence 2016 Fact Sheet. Division of Violence Prevention.
- Chadiha, L. A., Adams, P., Biegel, D. E., Auslander, W., & Gutierrez, L. (2004). Empowering African American women informal caregivers: a literature synthesis and practice strategies. *Social Work, 49*(1), 97-109. <https://doi.org/10.1093/sw/49.1.97>
- Chamberlin, J. (1997). A working definition of empowerment. *Psychiatric Rehabilitation Journal, 20*(4), 43-46.
- Chan, K. L., Straus, M. A., Brownridge, D. A., Tiwari, A., & Leung, W. C. (2008). Prevalence of Dating Partner Violence and Suicidal Ideation Among Male and Female University Students Worldwide. *Journal of Midwifery and Women's Health, 53*(6), 529-537. <https://doi.org/10.1016/j.jmwh.2008.04.016>
- Chang, Dado, D., Hawker, L., Ph, D., Mcneil, M., & Scholle, S. H. (2010). Understanding Turning Points in Intimate Partner Violence :, *19*(2).
- Coker, A. L., McKeown, R. E., Sanderson, M., Davis, K. E., Valois, R. F., & Huebner, E. S. (2000). Severe dating violence and quality of life among South Carolina high school students. *American Journal of Preventive Medicine, 19*(4), 220-227. [https://doi.org/10.1016/S0749-3797\(00\)00227-0](https://doi.org/10.1016/S0749-3797(00)00227-0)
- Connell, R. W. (1987). *Gender and power: Society, the person and sexual politics*. Stanford: University Press.
- Connell, R. W. (2003). *Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics* (Digital Pr). Oxfordshire: Marston Lindsay Ross International Lda.

- Conselho da Europa. (2011). Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica, 1-40. Retrieved from www.coe.int/conventionviolence
- Cortez, M., & Souza, L. (2008). Mulheres (in)Subordinadas: o Empoderamento Feminino e suas Repercussões nas Ocorrências de Violência Conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(2), 171-180. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722008000200006>
- Costa, D., Soares, J., Lindert, J., Hatzidimitriadou, E., Sundin, Ö., Toth, O., Barros, H. (2015). Intimate partner violence: a study in men and women from six European countries. *International Journal of Public Health*, 60(4), 467-478. <https://doi.org/10.1007/s00038-015-0663-1>
- Crawford, M. (1995). *Talking difference: on gender and language* (Sage). London.
- Cummings, E., & Davies, P. T. (2002). Effects of marital conflict on children: Recent advances and emerging themes in process-oriented research. *Journal of Child Psychology & Psychiatry & Allied Disciplines*, 1, 31-64. <https://doi.org/10.1111/1469-7610.00003>
- Cummings, E. M., Goeke-Morey, M. C., & Papp, L. M. (2016). Couple conflict, children and families: It is not just you and me, babe. In A. Booth, A. C. Crouter, M. L. Clements, & T. Boone-Hollfy (Eds.), *Couples in conflict: Classic Edition* (pp. 117-148). New York: Routledge.
- Cupach, W. (2000). Advancing understanding about relational conflict. *Journal of Social and Personal Relationships*, 17(4-5), 697-703. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edswss&AN=000089447500013&site=eds-live>
- Dahlberg, L. L., & Krug, E. G. (2007). Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(supl. Jan), 1163-1178. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500007>
- Damant, D., Bélanger, J., & Paquet, J. (2000). Analyse Du Processus Dempowerment Dans Des Trajectoires Des Femmes Victimes De Violence Conjugale a Travers Le Système Judiciaire, 33(1), 73-95. <https://doi.org/10.7202/004716ar>
- Davies, P. T., & Cummings, E. M. (1994). Marital conflict and child adjustment: An emotional security hypothesis. *Psychological Bulletin*, 116(3), 387-411. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.116.3.387>

- Debert, G. G., & Gregori, M. F. (2008). Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23(66). <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000100011>
- Deci, E. L., & Ryan, R. M. (2000). The " What " and " Why " of Goal Pursuits : Human Needs and the Self-Determination of Behavior. *Psychological Inquiry*, 11(4), 227-268. <https://doi.org/10.1207/S15327965PLI1104>
- Dennison, R. P., Koerner, S. S., & Segrin, C. (2014). A dyadic examination of family-of-origin influence on newlyweds' marital satisfaction. *Journal of Family Psychology*, 28(3), 429-435. <https://doi.org/10.1037/a0036807>
- Desmarais, S. L., Reeves, K. a., Nicholls, T. L., Telford, R. P., & Fiebert, M. S. (2012). Prevalence of Physical Violence in Intimate Relationships, Part 2: Rates of Male and Female Perpetration. *Partner Abuse*, 3(2), 170-198. <https://doi.org/10.1891/1946-6560.3.2.170>
- Deutsch, M., & Coleman, P. (2000). *The handbook of conflict resolution: Theory and practice*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Dias, A., & Machado, C. (2008). Gênero e violência conjugal: Uma relação cultural. *Análise Psicológica*, 4, 571-586. Retrieved from http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S087082312008000400004&script=sci_arttext&tlng=en
- Diniz, G. (2011). Conjugalidade e violência: reflexões sob uma ótica de gênero. Em Terezinha Féres-Carneiro. In *Casal e família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia* (pp. 11-26). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Duarte, A. P., & Lima, M. L. (2006). Prevalência da violência física e psicológica nas relações de namoro de jovens estudantes Portugueses. [Prevalence of physical and psychological dating violence among young Portuguese students.]. *Psychologica*, 43(January), 105-124.
- Dutton, D. G., & Nicholls, T. L. (2005). The Gender Paradigm In Domestic Violence: Research And Theory. *Aggression and Violent Behavior*, 10, 680-714. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2005.02.001>
- Emerson, R. M. (1976). Social Exchange Theory. *Annual Review of Sociology*, 2, 335-362.

- Faulkner, K., Stoltenberg, C. D., Cogen, R., Nolder, M., & Shooter, E. (1992). Cognitive-behavioral group treatment for male spouse abusers. *Journal of Family Violence*, 7(1), 37-55. <https://doi.org/10.1007/BF00978723>
- Feiring, C., Deblinger, E., Hoch-Espada, A., & Haworth, T. (2002). Romantic relationship aggression and attitudes in high school students: The role of gender, grade, and attachment and emotional styles. *Journal of Youth and Adolescence*, 31(5), 373-385. <https://doi.org/10.1023/A:1015680625391>
- Fernández-Montalvo, J., & Echeburúa, E. (2008). Trastornos de personalidad y psicopatía en hombres condenados por violencia grave contra la pareja. *Psicothema*, 20(2), 193-198. <https://doi.org/10.1177/0306624X04269005>
- Ferreira, C., & Matos, M. (2013). Post-Relationship Stalking: The Experience of Victims With and Without History of Partner Abuse. *Journal of Family Violence*, 28(4), 393-402. <https://doi.org/10.1007/s10896-013-9501-5>
- Fisher, R. (1990). *The social psychology of intergroup and international conflict resolution*. New York: Springer.
- Freire, P. (2000). *Pedagogia da indignação - cartas pedagógicas e outros escritos*. (A. C. W. K. Zanin, A. de P. P. Cyrino, B. Antunes, C. E. Fantinati, I. M. F. R. Loureiro, L. M. V. Trevisan, ... R. M. F. Cavalari, Eds.). São Paulo: Fundação Editora da UNESP. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Friend, D. J., Bradley, R. P. C., Thatcher, R., & Gottman, J. M. (2011). Typologies of Intimate Partner Violence: Evaluation of a Screening Instrument for Differentiation. *Journal of Family Violence*, 26(7), 551-563. <https://doi.org/10.1007/s10896-011-9392-2>
- Galvão, A. P. L. (2016). *Desigualdade Social como Factor de risco para Perpetração de Violência Íntima* (Dissertação de mestrado não publicada) Universidade Lusófona do Porto, Porto, Portugal.
- Garcia-Moreno, C., Jansen, H. a F. M., Ellsberg, M., Heise, L., & Watts, C. H. (2005). Who Multi-Country Study on Women's Health and Domestic Violence Against Women: Initial Results on Prevalence, Health Outcomes and Women's Resposnes. *Genetics*, 151(1), 277-83. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(06\)69523-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(06)69523-8)

- Garcia-Moreno, C., Jansen, H., Ellsberg, M., Heise, L., & Watts, C. (2006). Prevalence of intimate partner violence: findings from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence. *Lancet*, *368*, 1260-1269. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(06\)69523-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(06)69523-8)
- Germain, J. L. (2001). Predictors of domestic violence: Power-and-control versus imbalance-of- power and related factors. In *Faces of violence: Psychological correlates, concepts, and intervention strategies* (D. S. Sand, pp. 337-353). New York: Hauppauge, NY: Nova Science.
- Glass, N., Fredland, N., Campbell, J., Yonas, M., Sharps, P., & Kub, J. (2003). Adolescent Dating Violence: Prevalence, Risk Factors, Health Outcomes, and Implications for Clinical Practice. *Journal of Obstetric, Gynecologic, & Neonatal Nursing*, *32*(2), 227-238. <https://doi.org/10.1177/0884217503252033>
- Gomes, N., & Diniz, N. (2008). Homens desvelando as formas da violência conjugal. *ACTA Paulista de Enfermagem*, *21*(2), 262-267. <https://doi.org/10.1590/S010321002008000200005>
- Gottman, J., & Silver, N. (2015). *The seven principles for making marriage work: A practical guide from the country's foremost relationship expert*. New York: Harmony.
- Grangeia, H., & Matos, M. (2010). *Novos olhares sobre a vitimação criminal: teorias, impacto e intervenção*.
- Gruber, J., & Trickett, E. J. (1987). Can we empower others? The paradox of empowerment in the governing of an alternative public school. *American Journal of Community Psychology*, *15*(3), 353-371. <https://doi.org/10.1007/BF00922703>
- Gutierrez, L. M. (1995). Understanding the empowerment process: Does consciousness make a difference? *Social Work Research*, *19*(4), 229-237. <https://doi.org/10.1093/swr/19.4.229>
- Hamberger, L. K. (2005). Men`s and Women`s Use of Intimate Partner Violence in Clinical Samples: Toward a Gender-Sensitive Analysis. *Violence And*, *20*(2).
- Hanada, H., D'Oliveira, A. F. P. L., & Schraiber, L. B. (2010). Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência. *Revista Estudos Feministas*, *18*(1), 33-60. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000100003>

- Hansara, D., & Hindin, M. (2009). Perpetration of intimate partner aggression by men and women in the Philippines: prevalence and associated factors. *Journal of Interpersonal Violence, 24*(9), 1579-1590. <https://doi.org/10.1177/0886260508323660>
- Heise, L. L. (1998). Violence Against Women: An Integrated, Ecological Framework. *Violence Against Women, 4*(3), 262-290. <https://doi.org/10.1177/1077801298004003002>
- Hindin, M. J., & Adair, L. S. (2002). Who's at risk? Factors associated with intimate partner violence in the Philippines. *Social Science & Medicine, 55*(8), 1385-1399. [https://doi.org/10.1016/S0277-9536\(01\)00273-8](https://doi.org/10.1016/S0277-9536(01)00273-8)
- Hines, D. A., & Douglas, E. M. (2012). Alcohol and drug abuse in men who sustain intimate partner violence. *Aggressive Behavior, 38*(1), 31-46. <https://doi.org/10.1002/ab.20418>
- Hur, M. H. (2006). Empowerment in terms of theoretical perspectives: exploring a typology of the process and components across disciplines. *Journal of Community Psychology, 34*(5), 523-540. <https://doi.org/10.1002/jcop.20113>
- Jewkes, R. (2002). Violence against women III Intimate partner violence : causes and prevention. *Lancet, 359*, 1423-29. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(02\)08357-5](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(02)08357-5)
- Johnson, M. P. (2005). Domestic violence: It's not about gender - Or is it? *Journal of Marriage and Family*. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2005.00204.x>
- Johnson, M. P. (2006). Conflict and control: Gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women, 12*(11), 1003-1018. <https://doi.org/10.1177/1077801206293328>
- Jorge-Monteiro, M. F., & Ornelas, J. H. (2014). Properties of the Portuguese version of the empowerment scale with mental health organization users. *International Journal of Mental Health Systems, 8*(1), 113-130. <https://doi.org/10.1186/1752-4458-8-48>
- Kabeer, N. (2005). Gender equality and women's empowerment: A critical analysis of the third Millennium Development Goal. *Gender and Development, 13*(1), 13-24. <https://doi.org/10.1080/13552070512331332273>
- Karakurt, G., & Cumbie, T. (2012). The Relationship between Egalitarianism, Dominance, and Violence in Intimate Relationships. *Journal of Family Violence, 27*(2), 115-122. <https://doi.org/10.1007/s10896-011-9408-y>

- Kasturirangan, A. (2008). Empowerment and programs designed to address domestic violence. *Violence Against Women*, 14(12), 1465-1475. <https://doi.org/10.1177/1077801208325188>
- Kelly, J. B., & Johnson, M. P. (2008). Differentiation Among Types of Intimate Partner Violence: Research Update and Implications for Interventions. *Family Court Review*, 46(3), 476-499. <https://doi.org/10.1111/j.1744-1617.2008.00215.x>
- Kempe, C. H. (1962). The Battered-Child Syndrome. *JAMA: The Journal of the American Medical Association*, 181(1), 17. <https://doi.org/10.1001/jama.1962.03050270019004>
- Kieffer, C. (1984). Citizen Empowerment: A Developmental Perspective. *Prevention in Human Services*, 3(2), 9-36. https://doi.org/10.1300/J293v03n02_03
- Lawoko, S., Dalal, K., Jiayou, L., & Jansson, B. (2007). Social Inequalities in Intimate Partner Violence: A Study of Women in Kenya. *Violence and Victims*, 22(6), 773-784.
- Leggett, D., Roberts-Pittman, B., Byczek, S., & Morse, D. (2012). Cooperation, Conflict, and Marital Satisfaction: *Journal of Individual Psychology*, 68(2), 182-199.
- León, M. (2000). Empoderamiento: Relaciones De Las Mujeres Com El Poder. *Estudos Feministas*, 8(2), 191. Retrieved from <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11935>
- Lincoln, N. D., Travers, C., Ackers, P., & Wilkinson, A. (2002). The meaning of empowerment: the interdisciplinary etymology of a new management concept. *International Journal of Management Reviews*, 4(3), 271-290. <https://doi.org/10.1111/1468-2370.00087>
- Lindner, S. R., Coelho, E. B. S., Bolsoni, C. C., Rojas, P. F., & Boing, A. F. (2015). Prevalência de violência física por parceiro íntimo em homens e mulheres de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil: estudo de base populacional. *Cadernos de Saúde Pública*, 31(4), 815-826. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00159913>
- Machado, A., & Matos, M. (2012). Homens de quem não se fala: as vítimas esquecidas da violência na intimidade. *Psiquiatria, Psicologia e Justiça*, (5), 5-28. Retrieved from <http://www.scopus.com/inward/record.url?eid=2-s2.0-84910662470&partnerID=tZOtx3y1>
- Machado, A., & Matos, M. (2014). Homens vítimas na intimidade: Análise metodológica dos estudos de prevalência. *Psicologia e Sociedade*, 26(3), 726-736. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000300021>

- Machado, C., Caridade, S., & Martins, C. (2010). Violence in juvenile dating relationships self-reported prevalence and attitudes in a portuguese sample. *Journal of Family Violence*, 25(1), 43-52. <https://doi.org/10.1007/s10896-009-9268-x>
- Mahmud, S., Shah, N. M., & Becker, S. (2012). Measurement of Women's Empowerment in Rural Bangladesh. *World Development*, 40(3), 610-619. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2011.08.003>
- Manita, C., Ribeiro, C., & Peixoto, C. (2009). *Violência doméstica: Compreender para Intervir, Guia de Boas Práticas para Profissionais de Saúde*. Lisboa: COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO. <https://doi.org/http://hdl.handle.net/10400.14/13450>
- Marôco, J. (2014). *Análise Estatística com o SPSS Statistics* (6 Edição). Pêro Pinheiro: ReportNumber.
- Marôco, J., & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas? *Laboratório de Psicologia*, 4(1), 65-90. <https://doi.org/https://doi.org/10.14417/lp.763>
- Martins, C. (2011). *Manual de análise de dados quantitativos com recurso ao IBM SPSS: Saber decidir, fazer, interpretar e redigir*. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Masterson, S., & Owen, S. (2006). Mental Health service user's social and individual empowerment: Using theories of power to elucidate far-reaching strategies. *Journal of Mental Health*, 15(1), 19-34. <https://doi.org/10.1080/09638230500512714>
- Maton, K. I. (2008). Empowering community settings: Agents of individual development, community betterment, and positive social change. *American Journal of Community Psychology*, 41(1-2), 4-21. <https://doi.org/10.1007/s10464-007-9148-6>
- Maton, K., & Salem, D. (1995). Organizational characteristics of empowering community settings: a multiple case study approach. *American Journal of Community Psychology*, 23(5), 631-656. <https://doi.org/10.1007/BF02506985>
- Matos, M. (2006). *violência nas relações de intimidade: Estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade do Minho, Braga, Portugal.

- McCoy, K., Cummings, E. M., & Davies, P. T. (2009). Constructive and destructive marital conflict, emotional security and children's prosocial behavior. *Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines*, 50(3), 270-279.
<https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2008.01945.x>
- McHugh, M. C., & Frieze, I. H. (2006). Intimate partner violence: New directions. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1087, 121-141.
<https://doi.org/10.1196/annals.1385.011>
- Mears, D. P. (2002). Research and Interventions to Reduce Domestic Violence Revictimization. *Trauma, Violence, and Abuse*, 4(2), 127-147.
- Mignone, T., Klostermann, K., & Chen, R. (2009). The relationship between relapse to alcohol and relapse to violence. *Journal of Family Violence*, 24(7), 497-505.
<https://doi.org/10.1007/s10896-009-9248-1>
- Minayo, M. C. de S. (1994). A Violência Social sob a Perspetiva da Saúde Pública Social
 Violence from a Public Health Perspective. *Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro*, 10, 07-18.
<https://doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500002>
- Mosmann, C., & Falcke, D. (2011). Conflitos conjugais : motivos e frequência. *Revista Da SPAGESP*, 12(2), 5-16.
- Nascimento, F. S. (2009). *Namoro e Violência: um estudo sobre amor, namoro e violência entre jovens de grupos populares e camadas médias*. Universidade Federal de Pernambuco.
- Nation, M., Vieno, A., Perkins, D., & Santinello, M. (2008). Bullying in School and Adolescent Sense of Empowerment: An Analysis of Relationships with Parents, Friends, and Teachers. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 18, 211-232.
- Neal, J. W., & Neal, Z. P. (2011). Power as a Structural Phenomenon. *American Journal of Community Psychology*, 48(3-4), 157-167. <https://doi.org/10.1007/s10464-010-9356-3>
- Neves, S. (2008). Amor, poder e violências na intimidade: os caminhos entrecruzados do pessoal e do político. *Revista Estudos Feministas*, 16(2), 702-704.
- Nogueira, C. (2001). *Um novo olhar sobre as relações sociais de género: feminismo e perspectivas críticas na psicologia social* (Fundação C). Braga.

- Norris, S. M., Huss, M. T., & Palarea, R. E. (2011). A pattern of violence: analyzing the relationship between intimate partner violence and stalking. *Violence and Victims*, 26(1), 103-115. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.26.1.103>
- Oliveira, L. R. F. De, & Bressan, C. (2014). A percepção do sujeito que matou por amor. *Mudanças - Psicologia Da Saúde*, 22(1), 1-10.
- Organização Mundial da Saúde. (2012). *Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência*. Organização Mundial da Saúde.
- Ornelas, J. (1997). Psicologia comunitária origens, fundamentos e áreas de intervenção. *Análise Psicológica*, 3(XV), 375-388.
- Paiva, C., & Figueiredo, B. (2003). Abuso no contexto do relacionamento íntimo com o companheiro: Definição, prevalência, causas e efeitos. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 4(2), 165-184.
- Paiva, C., & Figueiredo, B. (2004). Abuso no relacionamento íntimo: Estudo de Prevalência em jovens adultos portugueses. *Psychologica*, 36, 75-107.
- Paleari, F. G., Regalia, C., & Fincham, F. (2010). Forgiveness and conflict resolution in close relationships: Within and cross partner effects. *Universitas Psychologica*, 9(1), 35-56. Retrieved from http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1657-92672010000100004&script=sci_arttext&tlng=pt
- Papp, L. M., Cummings, E. M., & Goeke-Morey, M. C. (2009). For richer, for poorer: Money as a topic of marital conflict in the home. *Family Relations*, 58(1), 91-103. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2008.00537.x>
- Parrott, D. J., Drobles, D. J., Saladin, M. E., Coffey, S. F., & Dansky, B. S. (2003). Perpetration of partner violence: Effects of cocaine and alcohol dependence and posttraumatic stress disorder. *Addictive Behaviors*, 28(9), 1587-1602. <https://doi.org/10.1016/j.addbeh.2003.08.036>
- Perkins, D. (1995). Speaking truth to power: Empowerment ideology as social intervention and policy. *American Journal of Community Psychology*, 23(5), 765-794. <https://doi.org/10.1007/BF02506991>

- Perkins, D., & Zimmerman, M. (1995). Empowerment theory , research , and application. *American Journal of Community Psychology*, 23(5), 569. <https://doi.org/10.1007/bf02506982>
- Pimentel, C. E., Moura, G. B. De, & Paiva, T. T. (2017). Violência Conjugal e suas relações com autoestima, personalidade e satisfação com a vida. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 10(2), 215-227.
- Pines, E. W., Rauschhuber, M. L., Norgan, G. H., Cook, J. D., Canchola, L., Richardson, C., & Jones, M. E. (2012). Stress resiliency, psychological empowerment and conflict management styles among baccalaureate nursing students. *Journal of Advanced Nursing*, 68(7), 1482-1493. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2011.05875.x>
- Prilleltensky, I. (2008). The role of power in wellness, oppression and liberation: The promise of psychopolitical validity. *Journal of Community Psychology*, 36(2), 116-136.
- Rabelo, D. F., & Neri, A. L. (2005). Recursos psicológicos e ajustamento pessoal frente à incapacidade funcional na velhice. *Psicologia Em Estudo*, 10(3), 403-412. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722005000300008>
- Rappaport, J. (1981). In praise of paradox: A social policy of empowerment over prevention. *American Journal of Community Psychology*, 9(1).
- Rappaport, J. (1987). Terms of empowerment/exemplars of prevention: Toward a theory for community psychology. *American Journal of Community Psychology*, 15(2), 121-148. <https://doi.org/10.1007/BF00919275>
- Redondo, J., Pimentel, I., & Correia, A. (2012). *Manual Sarar: Sinalizar, Apoiar, Registrar, Avaliar, Referenciar: Uma proposta de Manual para profissionais de saúde na área da violência familiar / entre parceiros íntimos* (Centro Hos). Ceira: Serviço de Violência Familiar - Hospital Sobral Cid.
- Ribeiro, S. (2016). *Agressores Conjugais , Que Planos de Intervenção ?* (Dissertação de mestrado não publicada) Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Leiria, Portugal.
- Riger, S. (1993). What's wrong with empowerment. *American Journal of Community Psychology*, 21(3), 279-292. <https://doi.org/10.1007/BF00941504>

- Roberto, K. A., McCann, B. R., & Brossoie, N. (2013). Intimate partner violence in late life: an analysis of national news reports. *Journal of Elder Abuse & Neglect*, 25(3), 230-41. <https://doi.org/10.1080/08946566.2012.751825>
- Rogers, E. S., Chamberlin, J., Ellison, M. L., & Crean, T. (1997). A consumer-constructed scale to measure empowerment among users of mental health services. *Psychiatric Services*, 48(8), 1042-1047. <https://doi.org/10.1176/ps.48.8.1042>
- Rogers, E. S., Ralph, R. O., & Salzer, M. S. (2010). Validating the empowerment scale with a multisite sample of consumers of mental health services. *Psychiatric Services*, 61(9), 933-936. <https://doi.org/10.1176/appi.ps.61.9.933>
- Salovey, P., Rothman, A., Detweiler, J. y Steward, W. (2000). Emotional states and physical health. *The American Psychologist*, 55(1), 110-121. <https://doi.org/10A037//0003-066X.55.1.110>
- Schmidt, B., Bolze, S. D. A., Vieira, M. L., & Crepaldi, M. A. (2015). Relacionamento conjugal e características sociodemográficas de casais heteroafetivos. *Estudos e Pesquisas Em Psicologia*, 15(3), 871-890. <https://doi.org/10.12957/epp.2015.19417>
- Schnaas, M. de L., Ruiz, A. P., & Juárez, B. Y. (2009). Asociación entre violencia y autoestima con respecto a las distintas etapas de vida en la mujer. *Revista Mexicana de Investigacion En Psicologia.*, 1(1), 111-122.
- Schneider, R., Burnette, M. L., Ilgen, M. a, & Timko, C. (2009). Prevalence and correlates of intimate partner violence victimization among men and women entering substance use disorder treatment. *Violence and Victims*, 24(6), 744-756. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.24.6.744>
- Schraiber, L. B., D'Oliveira, A. F. P. L., & Couto, M. T. (2006). Violência e saúde: estudos científicos recentes. *Revista de Saude Publica*, 40(SPEC. ISS.), 112-120. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102006000400016>
- Scott, K., & Straus, M. (2007). Denial, Minimization, Partner Blaming, and Intimate Aggression in Dating Partners. *Journal of Interpersonal Violence*, 22(7), 851-871. <https://doi.org/10.1177/0886260507301227>
- SGMAI, S. G. M. da A. I. (2016). Violência Doméstica - 2015. Relatório anual de monitorização.
- Silva, C., & Duran, D. (2011). Treino de Aptidões Sociais: projecto de reinserção socioprofissional de toxicod dependentes seguidos no Centro das Taipas. *Revista*

Toxic dependências, 17(2), 31-41.

Sinclair, D. (1985). *Understanding Wife Assault - A Training Manual for Counsellors and Advocates*. Ontario Government Bookstore. Toronto.

Speer, P. W. (2008). Social power and forms of change: Implications for psychopolitical validity. *Journal of Community Psychology*, 36(2), 199-213.
<https://doi.org/10.1002/jcop.20231>

Spreitzer, G. M., Kizilos, M. a., & Nason, S. W. (1997). A Dimensional Analysis of the Relationship between Psychological Empowerment and Effectiveness, Satisfaction, and Strain. *Journal of Management*, 23(5), 679-704.

Stalans, L. J., & Ritchie, J. (2008). Relationship of substance use/abuse with psychological and physical intimate partner violence: Variations across living situations. *Journal of Family Violence*, 23(1), 9-24. <https://doi.org/10.1007/s10896-007-9125-8>

Stevens, S., Korchmaros, J. D., & Miller, D. (2010). A comparison of victimization and perpetration of intimate partner violence among drug abusing heterosexual and lesbian women. *Journal of Family Violence*, 25(7), 639-649. <https://doi.org/10.1007/s10896-010-9321-9>

Stith, S. M., Smith, D. B., Penn, C. E., Ward, D. B., & Tritt, D. (2004). Intimate partner physical abuse perpetration and victimization risk factors: A meta-analytic review. *Aggression and Violent Behavior*, 10(1), 65-98.
<https://doi.org/10.1016/j.avb.2003.09.001>

Straus, M. A. (2004). Prevalence of Violence Against Dating Partners by Male and Female University Students Worldwide. *Violence Against Women*, 10(7), 790-811.
<https://doi.org/10.1177/1077801204265552>

Straus, M. A., Hamby, S. L., Boney-McCoy, S., & Sugarman, D. B. (1996). The Revised Conflict Tactics Scale (CTS2): Development and Preliminary Psychometric Data. *Journal of Family Issues*, 17(3), 283-316. <https://doi.org/0803973233>

Swan, S. C., Gambone, L. J., Caldwell, J. E., Sullivan, T. P., & Snow, D. L. (2008). A review of research on women's use of violence with male intimate partners. *Violence and Victims*, 23(3), 301-14. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.23.3.301>

Symoens, S., Colman, E., & Bracke, P. (2014). Divorce, conflict, and mental health: How the quality of intimate relationships is linked to post-divorce well-being. *Journal of Applied*

Social Psychology, 44(3), 220-233. <https://doi.org/10.1111/jasp.12215>

- Tew, J. (2006). Understanding Power and Powerlessness: Towards a Framework for Emancipatory Practice in Social Work. *Journal of Social Work*, 6(1), 33-51. <https://doi.org/10.1177/1468017306062222>
- Thomas, K. W., & Velthouse, B. A. (1990). Cognitive Elements of Empowerment: An “Interpretive” Model of Intrinsic Task Motivation. *The Academy of Management Review*, 15(4), 666-681. <https://doi.org/10.2307/258687>
- Trickett, E. (1994). Human diversity and community psychology: Where ecology and empowerment meet. *American Journal of Community Psychology*, 22(4), 583-592. <https://doi.org/10.1007/BF02506894>
- Tuval-Mashiach, R., & Shulman, S. (2006). Resolution of disagreements between romantic partners, among adolescents, and young adults: Qualitative analysis of interaction discourses. *Journal of Research on Adolescence*, 16(4), 561-588. <https://doi.org/10.1111/j.1532-7795.2006.00508.x>
- UMAR, U. de M. A. e R. (2017). *Violência no namoro resultados nacionais apontam a gravidade do problema.* (M. J. Magalhães, Ed.).
- Uner, S., & Turan, S. (2010). The construct validity and reliability of the Turkish version of Spreitzer ’ s psychological empowerment scale. *BMC Public Health*, 10(1), 117.
- Walker, L. (2009). *The battered woman syndrome* (3rd ed.). New York: Springer Publishing Company.
- Waller, M. W., Iritani, B. J., Christ, S. L., Tucker Halpern, C., Moracco, K. E., & Flewelling, R. L. (2013). Perpetration of intimate partner violence by young adult males: The association with alcohol outlet density and drinking behavior. *Health and Place*, 21, 10-19. <https://doi.org/10.1016/j.healthplace.2013.01.002>
- Warshaw, C., Brashler, P., & Gil, J. (2009). Mental health consequences of intimate partner violence. *Intimate Partner Violence: A Health-Based Perspective*, (Dv), 147-171.
- Whitton, S. W., Waldinger, R. J., Schulz, M. S., Allen, J. P., Crowell, J. A., & Hauser, S. T. (2008). Prospective associations from family-of-origin interactions to adult marital interactions and relationship adjustment. *Journal of Family Psychology : JFP : Journal of the Division of Family Psychology of the American Psychological Association (Division 43)*, 22(2), 274-286. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.22.2.274>

- Woodin, E., & O'Leary, K. (2009). Theoretical approaches to the etiology of partner violence. In W. & J. R. Lutzker (Ed.), *Preventing partner violence: Research and evidence-based intervention strategies* (pp. 41-65). Washington, DC, US: American Psychological Association.
- World Health Organization. (2002). *World report on violence and health: summary. World Report on Violence and Health* (Vol. 22 Suppl 2). Geneva.
[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(02\)11133-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(02)11133-0)
- World Health Organization. (2008). *Preventing Injuries in the Who European*. Rome: WHO Regional Office for Europe.
- Zimmerman, B. J. (1989). Models of Self-Regulated Learning and Academic Achievement. *Journal of Educational Psychology*, 81(3), 329-339. <https://doi.org/10.1007/978-1-4612-3618-4>
- Zimmerman, M. A. (1990). Taking aim on empowerment research: On the distinction between individual and psychological conceptions. *American Journal of Community Psychology*, 18(1), 169-177. <https://doi.org/10.1007/BF00922695>
- Zimmerman, M. A. (1995). Psychological Empowerment: Issue and Illustrations. *American Journal of Community Psychology*, 5(5), 581-599. <https://doi.org/10.1007/BF02506983>
- Zimmerman, M. A. (2000). Empowerment theory: Psychological, organizational and community levels of analysis. In J. Rappaport & E. Seidman (Eds.), *Handbook of Community Psychology* (Kluwer Aca, pp. 43-63). New York.